

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO
EM PLANEJAMENTO EM SEGURANÇA PÚBLICA**



CAP. QOPM CARLOS HENRIQUE CARDOZO

**COBERTURA JORNALISTICA EM OCORRÊNCIAS POLICIAIS MILITARES
ENVOLVENDO SITUAÇÕES DE CRISE:
REBELIÃO NA PENITENCIÁRIA CENTRAL DO ESTADO DO PARANÁ, 2010**

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

2011

CAP. QOPM CARLOS HENRIQUE CARDOZO

**COBERTURA JORNALISTICA EM OCORRÊNCIAS POLICIAIS MILITARES
ENVOLVENDO SITUAÇÕES DE CRISE:
REBELIÃO NA PENITENCIÁRIA CENTRAL DO ESTADO DO PARANÁ, 2010**

Projeto de Pesquisa apresentado ao Departamento de Ciências Sociais, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, programa-convênio com a Academia Policial Militar do Guatupê, PMPR.

Orientadora Metodológica: Profª Drª Sonia Maria Breda

Orientadora de Conteúdo: Cel.QOPM Mirian Biancolini Nóbrega

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

2011

DEDICATÓRIA

Dedico a presente monografia à minha esposa que mostrou serenidade no momento certo e apoio na hora exata. Aos meus filhos, que mesmo sem entenderem a ausência do pai sempre estiveram de braços abertos a me esperar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por mais uma vitória conquistada em minha vida.

A minha orientadora de conteúdo Cel QOPM Mirian Biancolini Nóbrega que de forma sutil soube conduzir de forma extremamente ética e profissional este trabalho iluminando meu caminho.

A minha orientadora metodológica Prof^a. Dr^a. Sônia Maria Breda pelos ensinamentos relevantes, para consecução e finalização deste trabalho.

Aos Major QOPM Lúcio Fortes Moreira Filho, praças do Batalhão de Polícia de Guarda (BPGd), ao Capitão QOPM Manoel Jorge dos Santos Neto, ao 1º Ten QOPM Carlos César de Souza Peres e à jornalista da PMPR Márcia Santos que colaboraram para a concretização deste trabalho.

Aos instrutores da Polícia Militar do Paraná e professores da Universidade Federal do Paraná, pelos conhecimentos transmitidos.

**“ Quando alguém encontra seu caminho precisa ter coragem
Suficiente para dar passos errados. As decepções, as
Derrotas, o desânimo são ferramentas que Deus utiliza para
mostrar a estrada.”**

Paulo Coelho

RESUMO

Estudo sobre os reflexos à Corporação quanto à cobertura jornalística em ocorrências policiais militares envolvendo situações de crise. Objetiva analisar o resultado da cobertura jornalística durante a rebelião ocorrida na Penitenciária Central do Estado (PCE) em janeiro de 2010. Descreve a estrutura do sistema de comunicação social da Polícia Militar do Paraná (PMPR) e da doutrina aplicada nos casos de gerenciamento de crise. Discute a construção da opinião pública, a partir da cobertura jornalística durante a rebelião na PCE em janeiro de 2010. Aplica questionários ao efetivo do Batalhão de Polícia de Guarda (BPGd) e realiza entrevistas com pessoal civil e militar envolvidos na crise. Conclui que a cobertura jornalística influenciou de maneira positiva a opinião pública no que diz respeito a ação da Polícia Militar durante a rebelião ocorrida na PCE em janeiro de 2010.

Palavras-chave: Cobertura Jornalística. Gerenciamento de Crise. Comunicação Social.

RESUMEN

Estudio sobre el reflejo a La Corporación y La cobertura periodística en ocurrencia policiales militares envueltos en situaciones de crisis. Objetiva analizar el resultado de la cobertura periodística durante la rebelión que hubo en la Penitenciaría Central Del Estado (PCE) en enero de 2010. Describe la estructura del sistema de comunicación social de la Policía Militar del Paraná (PMPR) y de la doctrina hecha en los casos de gerenciamiento de la crisis. Discute la construcción de la opinión pública a partir de la cobertura periodística durante la rebelión en la PCE en enero de 2010. Aplica cuestionarios al efecto del Batallón de La Policía de La Guardia (BPGd) y realiza encuestas con el personal civil y militar envueltos en la crisis. Concluye que en la cobertura periodística influyó de una manera positiva a la opinión pública en lo que dice respecto a la acción de la Policía Militar durante La rebelión ocurrida en la PCE en enero de 2010.

Palabras-clave: Cobertura Periodística. Gerenciamiento de la Crisis. Comunicación Social.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Tempo de serviço na PMPR.....	38
Gráfico 2 – Graduação que ocupa na PMPR.....	39
Gráfico 3 – Opinião a respeito das matérias divulgadas pelos órgãos de Imprensa sobre as ações da Polícia Militar.....	40
Gráfico 4 – Conhecimento sobre a matéria gerenciamento de crise.....	41
Gráfico 5 - Opinião a respeito da cobertura jornalística em ocorrências policiais militares que envolvam situações de crise.....	42
Gráfico 6 – Normatizações que orientem a atuação da imprensa em ocorrências policiais militares que envolvam situações de crise.....	43
Gráfico 7 – Comprometimento da imagem da Corporação em decorrência da cobertura jornalística em ocorrências policiais militares que envolvam situações de crise.....	44
Gráfico 8 – A ação da Polícia Militar durante a rebelião na PCE em janeiro de 2010 em função da presença da imprensa.....	45
Gráfico 9 – Dificuldade encontrada em relação ao tema.....	46
Gráfico 10 – Influência na opinião pública decorrente da cobertura jornalística durante a rebelião na PCE em janeiro de 2010.....	47
Gráfico 11 - Influência para a PMPR decorrente da cobertura jornalística durante a rebelião na PCE em janeiro de 2010.....	48
Gráfico 12 – Motivação do policial militar frente à cobertura jornalística em ocorrências policiais militares que envolvam situações de crise.....	49

LISTA DE ABREVIATURAS

BPGd – Batalhão de Polícia de Guarda
Cap. – Capitão
CDC – Controle de distúrbios civis
CEC – Causador do evento crítico
CiaPChoque – Companhia de Polícia de Choque
COE – Comando de Operações Especiais
Cndo – Comando
Cmt. – Comandante
GGC – Grupo de gerenciamento de crise
GT – Grupo tático
EM – Estado Maior
QOPM – Quadro de Oficiais Policiais Militares
OCS – Oficial de comunicação social
RONE – Ronda Ostensiva de Natureza Especial
PCE – Penitenciária Central do Estado
Pel. – Pelotão
PCT – Posto de comando tático
PM – Polícia Militar
PMPR – Polícia Militar do Paraná
Tem. - Tenente
TO – Teatro de operações

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA	14
2 OBJETIVOS DO ESTUDO	15
2.1 OBJETIVO GERAL.....	15
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	15
3 JUSTIFICATIVA	16
4 METODOLOGIA DA PESQUISA	17
5 REVISÃO DA LITERATURA	18
5.1 GERENCIAMENTO DE CRISES COM REFÊNS E PROCESSO DECISÓRIO.....	18
5.2 INFLUÊNCIA DA MÍDIA NA TOMADA DE DECISÃO.....	19
5.3 APOIO DA OPINIÃO PÚBLICA.....	20
5.4 VADE MECUM DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E CERIMONIAL DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ.....	22
5.4.1 Assessoria de Imprensa.....	23
5.4.2 Porta-Voz.....	25
5.5 ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL NO GERENCIAMENTO DAS SITUAÇÕES POLICIAIS CRÍTICAS.....	26
5.5.1 Negociação e imprensa.....	27
5.6 LIBERDADE DE MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO E DE INFORMAÇÃO.....	28
5.6.1 Direito fundamental à comunicação.....	28
5.6.2 Limites.....	30
5.6.3 Responsabilidade dos meios de comunicação.....	31
5.6.4 Violência e a mídia.....	32
5.7 RELATÓRIO FINAL DA REBELIÃO NA PENITENCIÁRIA CENTRAL DO ESTADO DO PARANÁ em 2010.....	34
6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	37
6.1 ANÁLISE DOS QUESTIONARIOS.....	37
6.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.....	50
7 CONCLUSÃO	62
REFERÊNCIAS	64

APÊNDICE 1 – Modelo de Questionário	66
APÊNDICE 2 – Modelo de Roteiro de Entrevista	70

INTRODUÇÃO

Hoje se vê com freqüência declarações de que o mundo está perverso. O aumento da criminalidade torna impossível viver em harmonia e paz. Os crimes ocorrem diuturnamente e transformam-se em surtos incontroláveis para as autoridades. Estas perderam o domínio da situação. Assim, observa-se para um cenário que aponta para a existência de graves problemas de segurança pública no Estado Brasileiro. Não menos grave é a percepção da realidade de parte significativa da população que de forma simplista e linear busca o conhecimento e reflete sobre os acontecimentos. Percepção popular que não se coaduna com a realidade, esta quase sempre formada por um conjunto de fatores complexos cuja solução exige em sua maioria, ações de segurança pública e a (re)descoberta e prática de valores cívicos, éticos e morais.

Falar, refletir e aumentar a compreensão em relação à segurança pública necessariamente passa por diversos fatores multi e interdisciplinares que vão da sociologia, psicologia, direito, economia e suas interconexões na sociedade. Tudo isto para poder tentar uma melhor compreensão, diagnóstico e possível solução da crise real e potencial instalada na dinâmica que envolve a segurança. Contudo, não é o que se vê, pois o senso comum é construído sobre o enfoque que a falta de segurança é problema do sistema estatal e seus gestores.

Neste sentido, o papel da imprensa pode ser considerado como um dos principais vetores pelos níveis de violência e criminalidade percebidos pela sociedade.

O papel da mídia e dos políticos profissionais na fabricação de cenários de medo e insegurança foram igualmente objeto de atenção da literatura especializada. No que concerne à mídia eletrônica e imprensa, não são poucos os que crêem no poder da disseminação e reprodução da violência. O relato cotidiano dos fatos, a exposição repetida dos mesmos acontecimentos, a narrativa em dias sucessivos de crimes espetaculares que causam comoções morais e penetram o imaginário coletivo povoando-o de medo contribuem para disseminar a crença de que a mídia é responsável pela disseminação e reprodução da violência, causando sensação de pânico e terror. Ademais, há também quem acredite que a exposição sistemática e cotidiana à violência e ao crime, veiculados por meio de fortes imagens, sobretudo

na mídia eletrônica, influencia na educação dos jovens e em suas atitudes agressivas.

Para o bem ou para o mal, a mídia constitui um veículo de ressonância social. Certamente, a mídia não inventa ou cria os fatos violentos. Ela os veicula, traduzindo em grande medida a evolução da criminalidade e dos sentimentos de medo e insegurança.

Durante a rebelião ocorrida na Penitenciária Central do Estado em janeiro de 2010, a cobertura jornalística foi direcionada pelo Gerente da Crise, por meio do Porta-Voz e da jornalista da Polícia Militar do Paraná, de maneira que a opinião pública demonstrou aceitabilidade a respeito da ação da Polícia Militar.

Em uma análise geral, pode-se dizer que a doutrina de gerenciamento de crise em prática na PMPR, principalmente ao tratamento com a imprensa foi colocada em prática de maneira a satisfazer as expectativas dos veículos de comunicação, pois, considerando ser um evento crítico, todos tiveram as informações necessárias no momento certo sem distinção de emissora ou programa, caso contrário, certamente buscariam as informações de fontes pouco confiáveis, o que poderia comprometer o sucesso da operação.

1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

É inegável o papel da mídia na adoção de medidas emergenciais, otimizando o emprego promocional e simbólico do sistema eminentemente repressivo, jamais reeducador ou ressocializador, com distribuição igualitária de direitos e deveres.

Com efeito, a notícia sobre o crime fascina a humanidade desde os primórdios. Trata-se de um fascínio sobre o que motiva o crime e principalmente sobre a pessoa do criminoso, diferenciando-o do homem do bem.

O que se alardeia ainda é que muito da legislação penal é irracional, portanto, obsoleta, tornando o público moralmente indignado e atenua suas emoções em vinganças localizadas.

Na elaboração da notícia do crime e do que motivou o criminoso, não seria a imprensa como um todo e a mídia, mais precisamente, representantes de um poder que, na verdade, não mostra suas garras, alegando sempre a liberdade de imprensa.

Há de se ponderar que a mídia faz caminhar a imagem do mundo como um todo, com a capacidade de alterar conteúdos e a própria realidade de um determinado fato.

Daí, conclui-se que a “paranóia”, o medo e a sensação de insegurança interessam somente àqueles que não estão fielmente comprometidos em resolver os verdadeiros motivos da crise denominada criminalidade crescente, aos que usam a desculpa da violência para serem violentos.

Diante de tantas indagações, imperativo reconhecer que a mídia representa, e muitas vezes, incorpora o poder. Deveria haver uma dicotomia limiar entre os direitos da imprensa livre em consonância com os direitos e garantias individuais igualmente previstos na Constituição Federal fazendo valer o ditado que “o direito de um termina quando começa o do outro”.

Neste sentido, esta pesquisa tem por objetivo avaliar se a cobertura jornalística influenciou a opinião pública no que diz respeito à atuação da Polícia Militar durante a rebelião ocorrida na Penitenciária Central do Estado do Paraná (PCE) em janeiro de 2010.

2 OBJETIVOS DO ESTUDO

Constituem-se objetivos geral e específicos do presente estudo monográfico.

2.1 OBJETIVO GERAL

Constitui objetivo geral desta pesquisa, reunir informações que possibilitem refletir e apontar os resultados da cobertura jornalística no que diz respeito à ação da Polícia Militar do Paraná (PMPR) durante a rebelião ocorrida em Janeiro de 2010 na Penitenciária Central do Estado.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Constituem objetivos específicos desta pesquisa:

- a) Demonstrar a estrutura do sistema de comunicação social da PMPR;
- b) Descrever a doutrina aplicada pela PMPR nos casos de gerenciamento de crise;
- c) Analisar o processo de produção da alteridade e suas relações com a criminalidade, bem como o papel da imprensa na cobertura jornalística durante a rebelião ocorrida na PCE em Janeiro de 2010;
- d) Discutir sobre a construção da opinião pública, a partir da cobertura jornalística nas ocorrências policiais militares que envolvam situações de crise, em específico durante a rebelião na PCE em Janeiro de 2010;
- e) Apontar os resultados da cobertura jornalística e discurso midiático, nas ocorrências policiais-militares que envolvam situações de crise, em específico durante a rebelião ocorrida na PCE em Janeiro de 2010.

3 JUSTIFICATIVA

As ações policiais sempre ocorreram na sociedade, mas poucos tomavam conhecimento. Hoje, as informações estão chegando mais rapidamente às pessoas e em tempo real, principalmente por meio da televisão.

A imprensa, como todos sabem e esperam, tem a nobre e irrenunciável missão de noticiar o real ao cidadão. Fato que comporta dialeticamente e recursivamente o direito e o dever de bem informar. Essa missão coaduna com a própria publicidade, princípio basilar da democracia que busca o desenvolvimento e a estabilidade social.

Neste sentido, a PMPR conta em sua estrutura com a atuação da PM-5, como órgão de assessoramento, em nível de direção, para assuntos relativos à comunicação social, além de uma seção de comunicação social em cada Unidade da Corporação.

Contudo, passa a ser importante analisar o modo como são noticiados os acontecimentos do dia a dia, principalmente quando divulgados no momento de crise, podendo em certo momento, interferir no grau de (in) segurança da população.

Portanto, o presente trabalho justifica-se para discussão das práticas de cobertura jornalística, bem como pelo elevado número de ocorrências policiais-militares acompanhadas "*in loco*" por órgãos de imprensa, que, na maioria das vezes, levam a informação ao cidadão em tempo real no sentido de buscar a compreensão da influência destes veículos de comunicação na opinião pública quando da veiculação de matérias durante o atendimento de ocorrência policial-militar.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

Para o desenvolvimento da pesquisa será analisada a legislação referente à regulamentação e estruturação da 5ª Seção de Estado-Maior na PMPR, como órgão responsável pela atividade de comunicação social na Corporação, bem como a doutrina de emprego da PMPR em gerenciamento de crises.

A pesquisa será quantitativa com aplicação de questionários a 12 praças que representam 10% da população de policiais militares que atuaram na rebelião na PCE em Janeiro de 2010 e 03 oficiais que representam 20% da população, todos pertencentes ao Batalhão de Polícia de Guarda (BPGd) e qualitativa com entrevistas voltadas ao Comandante do BPGd na época dos fatos, Major QOPM Lucio Fortes Moreira Filho, ao Porta – Voz da PMPR, Capitão QOPM Manoel Jorge dos Santos Neto, ao negociador durante a crise, 1º Ten QOPM Carlos César de Souza Peres e à jornalista da PMPR, Márcia Santos.

Com base na análise e discussão dos resultados, será realizada a revisão geral dos elementos mais significativos da pesquisa.

5 REVISÃO DA LITERATURA

5.1 GERENCIAMENTO DE CRISES COM REFÊNS E PROCESSO DECISÓRIO

A administração de crises é um processo racional e analítico de resolver, sob tremenda compressão de tempo, problemas de ordem social, econômica, ideológica ou psicológica, nos momentos mais perigosos de suas evoluções, ou seja, quando se manifestam em termos destrutivos, ameaçando a vida ou o patrimônio.

A doutrina de administração de crises não é uma ciência exata, pois se baseia em probabilidades, além do que cada crise tem características próprias e exige medidas cabíveis a cada caso, no que o conhecimento da doutrina ajuda a analisar e refletir antes de cada decisão.

Executivos de polícia e bombeiros têm que se capacitar no gerenciamento de crises em virtude da responsabilidade do Estado com a proteção do cidadão, garantido na Constituição Federal, nas diversas leis existentes no país e em legislação internacional.

Falhas ou omissões praticadas por agentes do Estado implicarão, inclusive na indenização das vítimas por aquelas falhas.

Nenhum executivo de polícia está livre de ser surpreendido por uma situação crítica, pois ela é inesperada e não escolhe área para ocorrer.

Outro grande motivo para justificar o estudo do assunto, é a participação da mídia em qualquer evento crítico, evidenciando possíveis erros cometidos pelos administradores de crises e comprometendo a imagem da instituição. Um erro, ou a divulgação de um ato que a imprensa julgue errado poderá enterrar uma brilhante carreira profissional.

Mais um forte motivo para o estudo e treinamento de comandantes em administração de crises é a opinião pública, nestes momentos toda ela com os olhos voltados para suas decisões e para a situação das vítimas, envolvendo-se emocionalmente e emitindo opiniões. A imagem de sua corporação perante a opinião pública dependerá de seus acertos e erros naqueles momentos.

Em síntese, justifica-se o estudo do assunto pelos seguintes motivos:

- ◆ **A crise é não seletiva e inesperada**
- ◆ **Responsabilidade civil do estado**
- ◆ **Responsabilidade da sua instituição**
- ◆ **Responsabilidade do administrador da crise**
- ◆ **Ação da mídia**
- ◆ **Opinião pública**

Administração de crises exige treinamentos especiais constantes, pois a sua ocorrência causa elevado estresse. O estresse reduz a capacidade de desempenho em tarefas de solução de problemas. Administração de crises é uma complexa tarefa de resolução de problemas e o resultado da incompetência pode ser imediato.

Os resultados negativos da administração infeliz de uma crise poderão trazer conseqüências negativas não só para o administrador da crise como também para a instituição, para o Estado e para a imagem do país no exterior. Portanto é indiscutível a necessidade de estudos e treinamentos constantes daqueles que se habilitem a exercer funções de chefia e comando dentro da instituição policial.

Uma crise poderá ser causada para comprometer a imagem ou a estabilidade de um governo, ou durante a ocorrência de crises, poderá o governo ter que administrar oportunismos da oposição.

A forma de neutralizar tais incidentes é a transmissão de mensagens pró-governo.

O governo deve também estar preparado para reunir-se com a oposição para negociar e afastar o risco de conflitos. Se a reunião for fechada, o governo deve estar preparado para relatar à imprensa os resultados das conversações, inclusive com a oposição.

5.2 INFLUÊNCIA DA MÍDIA NA TOMADA DE DECISÃO

A atuação da mídia tem profundos efeitos sobre a tomada de decisão pelo nível governamental. É por meio dela que os governantes avaliam muitas de suas decisões, pois muitas implicações políticas resultam da forma como forem divulgadas as posições governamentais.

O planejamento de ações para situações de crise requer muita habilidade e sensibilidade por parte dos responsáveis pela administração de tais situações.

É necessária a capacidade de ver a crise como um técnico, considerar as expectativas da população e dos governantes.

Nem sempre uma solução tecnicamente viável é do interesse do nível decisório. O envolvimento da mídia e da população na crise muitas vezes é eminentemente emocional e divorciada da legalidade e da moralidade. A mídia tem mais interesse no sensacionalismo do que na solução da crise.

Numa ocorrência com reféns, a polícia tenta implementar um plano de resolução da crise, há que se garantir à imprensa total liberdade de cobertura, até o ponto que não comprometa aspectos táticos e de segurança.

Os governantes estarão torcendo pelo bom senso e equilíbrio da polícia, pois qualquer falha que implique em danos físicos ou mortes, pode trazer grandes desgastes à imagem do chefe do executivo a nível local e internacional.

Portanto, há que compreender o possível afastamento da função e comentários injustos sobre um administrador de crise, por mais competente e correto que tenha sido, se o seu governante for pressionado pela mídia, por adversários políticos, por movimentos ideológicos ou por movimentos de defesa dos direitos humanos, se o final da ocorrência não tiver o resultado esperado.

Não há nenhuma necessidade de esconder da mídia as ações policiais, apenas os planos a serem implementados. A cobertura da mídia por ocasião da ação servirá como freio ao possível cometimento de excessos por um ou outro policial.

Porém, é prudente que a própria instituição encarregada de administrar crises proceda a filmagens das ações empreendidas para servir de prova contra possíveis distorções que possam ser produzidas em nome do sensacionalismo ou de interesses políticos escusos.

5.3 APOIO DA OPINIÃO PÚBLICA

A facilidade de comunicação global por meio da imprensa permite que todos os povos presenciem, ao vivo, a ocorrência de qualquer incidente, em

qualquer ponto do planeta. Essa facilidade pode permitir revelar ao mundo a falta de preparo e a desorganização de um país.

Portanto, é necessário que os gerentes de crises façam a previsão de comunicações rápidas e estipular estratégias para lidar com a mídia, apresentando respostas da melhor maneira possível.

Se os administradores de crise não estiverem preparados para lidar com esse quadro poderá desgastar sua própria imagem, à de sua instituição e de seu país, além de poder precipitar uma tragédia, com informações mal interpretadas.

Certas limitações associadas à imprensa podem representar um risco ao gerente da crise. O ouvinte, o leitor de jornais ou o telespectador podem receber imagens distorcidas pela forma como for transmitida uma informação ou pela forma como ela for editada. O jornalista da imprensa escrita observa, ouve e deduz as informações recebidas, no que pode influir seus próprios pontos de vista ou intenções. O jornalista de rádio e televisão edita as informações para comprimir as gravações o que poderá também sofrer distorções mal intencionadas ou dirigidas para um interesse ideológico ou político.

O Gerente da crise deve estar alerta para não contribuir para uma informação mal dada e evitar sofrer as armadilhas da má intenção.

Na competição por espaços e atenção há uma tendência jornalística para enfeitar os fatos, que impressionam e conquistam audiências ou leitores.

Profissionais de imprensa sérios devem avaliar com responsabilidade o que é conveniente informar sem comprometer o andamento das operações e sem perder espaço para os concorrentes. Infelizmente, o normal é que a busca de “furos jornalísticos” se sobreponha a todos os demais interesses.

Estes profissionais de posse de uma informação privilegiada em relação à crise poderão fazer os seguintes questionamentos:

- **Devemos publicar ou transmitir a informação e correr o risco de piorar o quadro da crise?**
- **Devemos reter a informação e correr o risco de perder a confiança do público?**
- **Poderá o público interpretar que estamos tomando o lado do governo?**

- O público poderá ser convencido posteriormente que a retenção da informação era necessária para não agravar o quadro da crise?

A imprensa tem certas responsabilidades para com as instituições e para com o povo. Tais responsabilidades começam com a imparcialidade e precisão das informações, sendo inaceitável a distorção das notícias. Também é inaceitável que a informação tenha objetivos políticos ou ideológicos. Reportagens que trazem opiniões dos redatores em seu bojo são sempre tendenciosas e muitas vezes têm objetivos escusos.

Por outro lado, o gerente de crise que guarde excessivo sigilo e segurança, que dificulte à imprensa o acesso a informações poderá despertar desconfianças e perder o apoio público, apoio esse que pode vir a ser decisivo na avaliação dos resultados finais da resolução do evento crítico. O governo e as instituições governamentais também têm compromisso com a verdade enquanto não comprometa a segurança das vítimas de infortúnio.

5.4 VADE MECUM DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E CERIMONIAL DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

O Vade Mecum trata da comunicação social e das práticas de cerimonial na PMPR. É um documento destinado, em especial, aos diretores, chefes e comandantes de Unidades e seus oficiais encarregados da comunicação social, os quais para a presente Diretriz serão denominados de oficiais de comunicação Social (OCS), e a todos aqueles que têm o encargo de organizar ou participar de eventos que exijam a prática do cerimonial e protocolo, tais como, solenidades oficiais e recepções sociais, sejam nas unidades, áreas públicas, clubes ou em residências, onde a responsabilidade pela organização do evento seja da PMPR, e nas questões relacionadas à comunicação social em todos os seus aspectos.

5.4.1 Assessoria de Imprensa

A Portaria do Comando-Geral nº 447, de 07 de Junho de 2011, aprova o *Vade Mecum* de Comunicação Social e Cerimonial da Polícia Militar do Paraná.

Seu Capítulo IV indica o seguinte:

Art. 44 São objetivos da assessoria de imprensa da PMPR:

- I. Manter a opinião pública permanentemente informada sobre as atividades desenvolvidas pela Polícia Militar;
- II. Manter os respectivos comandos informados sobre os reflexos e repercussões internos e externos, em decorrência de notícias veiculadas sobre a Polícia Militar;
- III. Acompanhar operações de grande vulto, apoiando os trabalhos da imprensa local;
- IV. Colaborar com a agilização do fluxo de informações para a imprensa;
- V. Promover integração entre a Polícia Militar e a imprensa;
- VI. Monitorar as atividades de imprensa nas frações dos diversos segmentos de prestação de serviços da PMPR;
- VII. Acompanhar a produção de reportagens sobre a Polícia Militar;
- VIII. Preparar o Policial Militar para se relacionar de maneira profissional com toda a mídia.

A presente Portaria traz em seu contexto as regras a serem seguidas no que diz respeito à prestação de informações a imprensa, bem como a concessão de entrevistas na PMPR:

Art. 45 A prestação de informações à imprensa deverá ocorrer através do oficial de comunicação social (OCS), dos oficiais porta-vozes ou militares que se encontrem no comando de ações/operações ou ocorrências policiais militares, estes devendo se restringir ao fato objeto da informação, sem quaisquer comentários adicionais, principalmente aqueles de caráter pessoal.

Art. 46 A concessão de entrevistas na Polícia Militar deverá obedecer o seguinte:

- I. Quando o assunto for complexo e, por suas circunstâncias, abrangências e repercussão, for de interesse do Estado e da população, serão concedidas pelo Comando-Geral, Chefe do Estado-Maior ou através da 5ª Seção/EM – Comunicação Social;
- II. Em situações de anormalidade, quando o fato se revestir de característica técnica específica ou de repercussão limitada à região onde ocorreu, serão concedidas pelo Comando Regional ou Comandante da respectiva Unidade;
- III. Nas situações rotineiras, poderão ser concedidas em todos os níveis do Sistema de Comunicação Social, sob a coordenação e orientação dos respectivos oficiais de comunicação social (OCS), devendo se ater exclusivamente, a aspectos técnicos e profissionais da área abordada, vedada a emissão de opiniões sobre:
 - a. Assuntos políticos partidários, administrativos ou religiosos;

- b. Órgãos, instituições ou entidades estranhos à Corporação;
 - c. Assuntos de competência do escalão superior;
 - d. Temas que possam estabelecer polemica com outras autoridades.
- IV. Ao dar entrevistas para a TV, deve-se antes resumir fatos, de forma que numa frase fique a essência do que se pretende transmitir. O entrevistado deve lembrar-se que antes de pertencer a uma Unidade, pertence à Polícia Militar, portanto, no início de uma entrevista, deve falar sempre "A Polícia Militar", ficando a Unidade/órgão de detalhes para a sequência. Em todas as formas de comunicação com a imprensa, primar pelo destaque do nome da Corporação.
- V. Buscar consultoria técnica junto a 5ª Seção/EM, a fim de uniformizar comportamentos na transmissão de dados e opiniões de interesse geral da Corporação.

Na divulgação de Notas à Imprensa também deverão ser consideradas algumas regras:

Art. 47 – Na divulgação de Notas à Imprensa e de "Release", deverá ser observado o seguinte:

- I. Quando o assunto for complexo e, por circunstâncias, abrangência e repercussão forem de interesse do Estado e da população, serão de competência da 5ª Seção/EM.
- II. Quando o fato for de característica técnica e específica ou de repercussão limitada à região onde ocorreu, serão elaboradas e distribuídas pelos Comandos Regionais, que poderão, conforme o caso, autorizar a sua elaboração pelos comandos subordinados;
- III. Cópias deverão ser enviadas à 5ª Seção/EM, para fins de conhecimento e análise;
- IV. A elaboração poderá ocorrer em todos os níveis do Sistema de Comunicação Social da Corporação, devendo cada oficial de comunicação social (OCS) primar pela flexibilização de informações numa linguagem coloquial deixando de lado termos técnicos e utilizando os recursos da língua portuguesa dentro das regras gramaticais, devendo ser considerada uma notícia de forma resumida, contendo a resposta às questões: "quem", "o quê", "como", "quando", "onde" e "por que".

Baseado no princípio da oportunidade, toda vez que o Comando-Geral entender, solicitará o direito de resposta ao veículo de comunicação que divulgou a matéria:

Art. 48 – O Direito de Resposta deverá ser encaminhado, através de ofício, ao diretor geral ou ao chefe de reportagem do veículo de comunicação que divulgou a matéria a ser questionada e deverá ser analisada pela Assessoria Jurídica do Comando-Geral, que deverá dar prioridade na consulta para não se perder o princípio da oportunidade.

Art. 49 – Todo pedido de direito de resposta deverá ter prévia autorização do Comandante-Geral ou do Chefe do Estado-Maior.

Art. 50 – Jamais, o nome, iniciais, ou qualquer forma que permita identificar um adolescente ou criança apreendidos deverão ser fornecidos ou mencionados à mídia em geral.

Art. 51 – No limite de sua competência, os militares estaduais quando solicitados pela imprensa, poderão prestar informações no tocante a:

- I. Fatos, ocorrências ou ações realizadas em suas respectivas áreas de circunscrição, salvo sigilo legal;

- II. Medidas adotadas relativas, exclusivamente, a esses fatos, ocorrências ou ações mencionadas;
 - III. Eventos ou fatos positivos de toda ordem, que tenham vinculação com a Corporação ou pessoas a ela ligadas.
- Art. 52 – Sem ter autorização expressa do Comando-Geral ou da 5ª Seção/EM, os militares estaduais estão proibidos de:
- I. Participar de debates, nos veículos de comunicação de massa;
 - II. Fornecer dados pormenorizados sobre organização e distribuição de efetivo, material, armamento e dados estatísticos;
 - III. Servir de repórter ou jornalista em empresas de comunicação privada;
 - IV. Transportar jornalista e/ou equipe de reportagens no interior das viaturas, embarcações ou aeronaves da Corporação;
 - V. Expor a privacidade de pessoas presas em razão da prática de crime ou qualquer ilícito penal, permitindo que sejam realizadas imagens por parte da imprensa, salvo por iniciativa própria do preso e com autorização escrita do mesmo, e em se tratando de crianças ou adolescentes em hipótese nenhuma;
 - VI. Identificar pessoas ofendidas nos casos dos crimes de ação privada ou pública condicionada, sem que haja manifestação explícita de vontade.

5.4.2 Porta-Voz

Ainda de acordo com a Portaria do Comando-Geral nº 447/2011, todos os Comandos Regionais, seções e Unidades da PMPR deverão ter a figura do “Porta - Voz”:

Art. 58 – O “Porta-Voz”, encargo de caráter obrigatório em todas as diretorias, comandos regionais, seções e Unidades da PMPR, deve ser um oficial, de livre escolha do comandante, diretor ou chefe, e que esteja adequadamente preparado para atender a imprensa em entrevistas, pronunciamentos e outras situações congêneres.

Art. 59 – O oficial porta-voz deverá possuir os seguintes requisitos:

- I. Deverá ter, no mínimo, o posto de 1º tenente, podendo pertencer a qualquer quadro;
- II. Possuir, pelo menos, 4 anos de efetivo serviço como oficial;
- III. Possuir o perfil esperado.

Art. 60 – Para a escolha do porta-voz, o mesmo deverá ter o seguinte perfil:

- I. Inteligência;
- II. Simpatia;
- III. Raciocínio rápido;
- IV. Habilidade com as palavras;
- V. Criatividade;
- VI. Motivação;
- VII. Alta-estima elevada;
- VIII. Bom senso.

5.5 ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL NO GERENCIAMENTO DAS SITUAÇÕES POLICIAIS CRÍTICAS

Segundo Thomé (2001), a melhor alternativa para se conter o ímpeto dos órgãos da imprensa é garantir-lhes acesso às informações disponíveis, providenciando um canal ou uma fonte que será denominada de Assessor de Comunicação Social, atividade a ser exercida por um policial com formação específica e livre trânsito entre os representantes dos diversos órgãos de imprensa, exigindo-se:

a) Sala especial: providenciar-se-á uma sala, que ficará localizada na área externa, com todas as condições possíveis para o momento e que não impliquem custo para o escritório. Deve ser sugerido aos interessados que rateiem despesas com fotocópias, linhas de telefone e que instalem microcomputadores, fax e outros equipamentos que lhes interessarem, providenciando-se o suporte técnico para seu efetivo uso.

b) Inexistência de privilégio: evitar-se-á que qualquer dos órgãos de imprensa tenha acesso ao escritório ou a qualquer das áreas restritas. Em nenhuma hipótese haverá privilégios ou concessões individuais.

c) Centralização: o Assessor de Comunicação Social divulgará as informações permitidas pelo Gerente e sugeridas pelo Assessor de Inteligência ou pelo Grupo de Negociação, fazendo-o de modo objetivo e sem sensacionalismo, tratando a ocorrência de forma cristalina e transmitindo a idéia de que a questão está sendo bem administrada.

d) Canal vedado aos provocadores: ponto altamente negativo é a divulgação de fatos por meio da imprensa diretamente aos criminosos. O Grupo de Negociação deve conduzir os trabalhos no sentido de negar a presença da imprensa no ponto crítico, caso este seja um pedido dos causadores do evento. O Assessor de Comunicação Social tem a missão de desencorajar os profissionais que se oferecem para entrevistar os criminosos.

e) Opinião Pública: por intermédio dos meios de comunicação, a sociedade pode ser sensibilizada a apoiar a ação policial. As informações podem conduzir ao raciocínio público de que uma ação enérgica é necessária.

f) **Relações Públicas:** o Assessor de Comunicação Social tem o importante trabalho de receber e atender políticos e autoridades que querem contato com a ocorrência, mantendo-os, com polidez, na área externa recomendada.

5.5.1 Negociação e Imprensa

Uma das etapas mais críticas do gerenciamento de crises é aquela dedicada ao relacionamento com a imprensa. Dependendo da magnitude assumida pelo evento ou do interesse despertado pelos elementos que o compõem, a mídia dedicará intensa cobertura e explorará todos os recursos disponíveis na busca de material para suas reportagens.

O negociador precisa ficar alerta aos rumos que toma a cobertura do evento crítico, inclusive exercitando a previsão de repercussões advindas de determinadas informações que possam estar sendo destinadas pelo responsável na assessoria de imprensa do grupo de gerenciamento de crise (GGC), aos órgãos de imprensa. Qualquer dado capaz de revelar ou antecipar ações táticas ou estratégias de negociação deve ser cuidadosamente filtrado, pois os jornalistas não dispõem de treinamento necessário à distinção entre fatos que podem ou não causar prejuízos aos trabalhos, conseqüentemente publicam tudo que lhes caia às mãos, não sendo raros casos de cobertura ao vivo de crises nas quais o causador do evento crítico (CEC) dispunha de facilidades de comunicação (rádios, aparelhos de televisão ou telefones) e acompanhava em tempo real as matérias sobre o assunto.

A forma mais técnica de lidar com esses fatos é a montagem de uma assessoria de imprensa cuja missão específica é a de manter os jornalistas bem informados. Atuando em estreita ligação com o GGC, essa assessoria seria responsável por um trabalho extremamente sensível em que se buscariam o equilíbrio entre a necessidade e a obrigação de informar e os cuidados com a disseminação de informações potencialmente perigosas, capazes de colocar em risco a segurança das pessoas capturadas ou dos integrantes do sistema de Gerenciamento de Crises.

O negociador precisará estar presente nas reuniões da assessoria de imprensa com o GGC, destinada à liberação de notas oficiais, que devem ser

redigidas regularmente, e são uma alternativa mais interessante do que as entrevistas, nas quais jornalistas bem treinados e experientes são capazes de extrair informações críticas mesmo de profissionais vividos.

A imprensa pode funcionar como valiosa fonte de colaboração, principalmente quando a política de atuação do GGC, por qualquer motivo, deva ser difundida ao CEC de maneira insuspeita.

O negociador adota uma estratégia de discrição cujos resultados têm sido satisfatórios. Não aparece pra a mídia; deixa as luzes para o pessoal do GGC, aliás, muito mais procurados pelos jornalistas. Qualquer manifestação do negociador é potencialmente perigosa em virtude de sua posição de destaque no evento crítico: suas declarações, mesmo equivocadas, não poderão ser desmentidas por nenhum integrante do GGC, sob pena de desacreditar o profissional cujo desempenho se baseia também na credibilidade que adquire junto ao CEC.

5. 6 LIBERDADE DE MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO E DE INFORMAÇÃO

5.6.1 Direito fundamental à comunicação

O Código Civil Brasileiro em seu artigo 12 demonstra a distância da Lei 5.250/67 (Lei de imprensa), com a cultura jurídica vigente. O jornalista Gilberto Dimenstein, afirmou o seguinte: “Diante de uma reportagem, o repórter tem de tomar uma cautela básica e óbvia. É obrigatório tentar ouvir sempre o acusado, a fim de lhe garantir o direito de resposta. É fácil manchar a honra de uma pessoa. Suponha-se que alguém publique insinuações, sem fundamento, de que determinado ministro comete estelionato, sem ouvir sua versão. No dia seguinte, ele dá sua resposta, mas já em desvantagem, pois vai ter que rebater uma informação apresentada como verdadeira.” Aproveitando a mensagem do jornalista, deve-se anotar, ainda, que os jornais ensinam ao repórter, como regra de conduta primária, que em caso ele dispor de uma informação que possa ser considerada prejudicial a uma pessoa ou entidade, “que ele ouça e publique com destaque proporcional à versão da parte atingida”.

Portanto, existindo a possibilidade técnica de revisão de uma reportagem bombástica programada para a próxima edição de uma revista ou jornal é permitido obrigar, para que se consagre o princípio da veracidade, que se reserve espaço para a pessoa envolvida apresentar seus comentários dentro do texto. Essa maneira de pacificar um conflito de interesses é uma tradução modernizada do direito de resposta que a Lei 5.250/67 assegura, com os arts. 29 e 30, constituindo instrumento legal de preservação do direito da personalidade. O Juiz sabe que restaurar a honra maculada é difícil ou impossível, mesmo com a retratação publicada com ênfase no dia seguinte ao da reportagem espúria. Por isso, desde que a intervenção judicial não censure o direito de divulgar, que é absoluto, nada obsta que se emita sentença, definitiva ou antecipada, que previna os danos de um abuso.

Essa possibilidade de tutela preventiva é criação recente na ciência processual, servindo para sepultar um dos mitos danosos da crônica judiciária, o de que a lesão produzida por atividade de imprensa merece exclusiva reparação pela sentença condenatória. Esse enunciado poderia sugerir ao leitor desavisado que, diante da iminência de uma agressão injusta por uma edição anunciada, não haveria remédio senão o de esperar que o dano se concretizasse para, em seguida, cobrar a reparação pecuniária. São outros os tempos e bem mais eficazes as chances concedidas pelo Judiciário. Essa, da tutela preventiva, esvazia ou, no mínimo, atenua o efeito lesivo do abuso no exercício da liberdade de informar, com a vantagem da utilidade imediata. Isso porque, ao contrário da indenização que nunca atinge a certeza da compensação integral, ainda que vultosa a cifra financeira do *quantum* que se manda pagar ao ofendido, a prevenção satisfaz ao ego e elimina o conflito que justificaria o ajuizamento de uma ação litigiosa.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, os direitos e garantias individuais foram concebidos de forma bastante clara.

Nessa formulação clara, destaca-se a liberdade de imprensa concebida nos artigos 5º, IX e 220 par. 1º e o Direito à Imagem no artigo 5º, inciso X da Constituição Federal, *in verbis*:

- IX – é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independente de censura ou licença;
- X – são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1º Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no artigo 5º, IV, V, X, XIII e XIV.

Não obstante estas liberdades estarem tuteladas e declaradas na lei maior, infelizmente, observa-se que constantemente a liberdade de imprensa invade o espaço do direito à imagem, violado com bastante freqüência. E daí, pergunta-se a razão dessa violação, desses abusos freqüentes, como se o direito à imagem não existisse.

Urge que se tenha uma imprensa imparcial, que efetivamente reflita a expressão da verdade. Mas é importante salientar que o verdadeiro Estado de Direito é aquele que reconhece o direito de todos e não apenas de alguns.

Faz-se esta ressalva porque a imprensa se transformou em um verdadeiro poder social, muitas vezes se sobrepondo aos direitos dos cidadãos.

Até onde vai o direito da imprensa em “noticiar” fatos, fotos, imagens de episódios ainda não esgotados pelas técnicas de investigação, e conseqüente comprovação legal? Até onde vai o direito de questionamento, sem prova, de quem tem sua privacidade invadida, suas virtudes morais questionadas e seus valores vilipendiados?

5.6.2 Limites

A imprensa deve ser livre, para que tenha força; deve ser responsável, para que respeite os direitos alheios. Portanto, não se confunda “liberdade com licença”, enfatizou Freitas Nobre, de modo que para o patrulhamento da livre comunicação, nada obstante ser a sociedade destinatária do direito de saber e de se expressar de forma naturalmente irrestrita, existe, até em favor do próprio cidadão, uma fórmula de controle deste atributo. O *caput* do art. 1º, da Lei 5.250/67, que não foi redigido com a clareza do dispositivo que promete ocupar seu lugar, em se aprovando o projeto em tramitação, estabelece que a liberdade de expressão e de comunicação coexiste com o direito, igualmente fundamental, de transmissão

tecnológica verdadeira, cuja repercussão, por atender o interesse público, poderá, às vezes, sobrepor-se às pretensões individuais daqueles que estão com o patrimônio próprio vulnerável diante da publicidade aberta pela divulgação da matéria. Portanto, como primeira premissa da legislação, tem-se que o direito à comunicação comporta um dimensionamento na linha horizontal; o direito é absoluto quanto ao direito da informação ajustada ou socialmente assimilável. Perde a majestade quando há abuso. Darcy de Arruda Miranda escreveu, que ninguém é permitido, sob o pretexto de manifestar o seu pensamento, ofender os bons costumes, quebrantar a harmonia social ou política da nação ou expor a deslustras a vida moral de seus semelhantes. A imprensa é livre para a divulgação de informações, fatos, notícias, críticas, etc, não para divulgar ofensas, deturpar a verdade, pregar a sedição e fazer a apologia de crimes. A sua sementeira é a da ordem, da cultura, do bem estar social, enfim, daquilo que seja verdadeiramente útil à coletividade.

5.6.3 Responsabilidade dos meios de comunicação

A história da imprensa é um romance emocionante de uma luta gloriosa contra o cerceamento desta atividade, vencida por batalhas memoráveis e que foram escritas, muitas vezes, com sangue de jornalistas, verdadeiros mártires que defendiam a liberdade de imprensa como se estivessem defendendo a própria liberdade.

A censura prévia não foi e nunca será solução para o problema da imprensa. Enquanto as empresas de comunicação, que se subordinam ao regime das sociedades comerciais, não assumirem suas responsabilidades institucionais, a interpretação judicial tende a ser mais severa.

A jurisprudência reconhece que a imprensa cumpre uma função social relevante. A imprensa desempenha importante papel no sistema democrático, relevando fatos, incentivando polêmicas, estimulando críticas e, especialmente, exercendo uma espécie de policiamento sobre conduta de autoridades encarregadas da administração de finanças públicas.

Cumpra enfatizar que a boa colocação em pesquisa das empresas socialmente responsáveis não constitui um salvo conduto para o abuso, ainda que prestados os mais relevantes serviços para politizar a sociedade. O órgão de comunicação, com função social efetivamente cumprida e reconhecida, conta com um forte aliado no dimensionamento da sanção que se aplica pelo eventual abuso. É claro que não cabe atenuar a responsabilidade em caso de indenização decorrente de dolo; a intenção de prejudicar, quando confirmada, é imperdoável, pouco importando o tamanho da folha de bons serviços. Porém, em sendo hipótese de reportagem imprudente e que denuncia a impunidade de pessoas famosas pelo histórico de corrupção, o eventual deslize na indicação de um fato que não se confirmou e que proporcionará em indenização à vítima, merece uma pontuação que favoreça um arbitramento atenuado.

A construção de uma democracia sustentável depende de uma imprensa compromissada com os valores dominantes. Penalizar um órgão de comunicação que nunca trilhou o caminho obscuro da bajulação, do partidarismo político, da omissão dos crimes graves investigados, como se estivesse sancionando, com justiça, um jornal que erra com intenção malévola, constitui um erro estratégico na defesa da liberdade de imprensa.

5.6.4 Violência e a mídia

A percepção presente no cotidiano é de que existem vários tipos de violência. A visível e imperceptível (SYLVIA. SILVANE, 2007). Por exemplo: assaltos, mortes e espancamentos que todos os dias estão estampados nos jornais, podem ser rotulados como uma “violência vermelha”. A falta de relações sociais sadias, respeitadas, solidárias e cooperativas poderia ser rotulada como uma “violência branca”.

Neste sentido, observa-se tudo o que acontece em volta, de forma impessoal, passível e fria e, se metodicamente tais fatos forem analisados, descobre-se uma série de barbáries que acontecem diante de nós e que de tão acostumados passam despercebidos.

Para simplificar a situação, a violência que seria exercida pelos meios de comunicações que causam grande preocupação, principalmente dos pais, educadores e a sociedade. Hoje em dia, se comenta muito nos bares, nos lares e na própria igreja sobre a influência exercida pela televisão por meio de filmes, propagandas e vídeos comerciais recheados de pornografia, violência, sangue e ódio, disponíveis a qualquer criança, em horários diversos que podem modificar comportamentos a partir do consumo de tais recreações perigosas. Portanto, uma espécie de gênero da “violência branca”.

A United Nations Education Science and Culture Organization, (UNESCO), divulgou em 1998, um conjunto de estudos que torna público algumas vertentes que ajudariam explicar como a mídia consegue influenciar as pessoas no seu cotidiano. Estes estudos foram organizados por Groebel, 1998. Os estudos apresentam conclusões semelhantes no sentido de aceitar e diagnosticar a existência de um efeito de risco exercido pela mídia. O efeito apresenta natureza complexa e sistêmica e, ligada a outros fatores que permeiam o conteúdo da mensagem as peculiaridades do consumidor dos produtos midiáticos. Passando ainda pela estrutura familiar e incorporando-se ao seu convívio sócio-cultural.

O estudo organizado por Groebel (1998) também faz uma correlação entre a confiança nos resultados que o mundo comercial e político deposita na influência das imagens e, mensagens trazidas à tona pelos meios de comunicação. Assim, na percepção dos pesquisadores, seria ingênuo e inconseqüente eliminar a influência da mídia na sociedade. Ela disseminaria a violência como um dos produtos finais de sua prática.

Neste sentido, considera-se que uma das etapas mais críticas do gerenciamento de crise é aquela dedicada ao relacionamento com a imprensa. Dependendo da magnitude assumida pelo evento ou do interesse despertado pelos elementos que o compõem, a mídia dedicará intensa cobertura.

Conforme Price (1994), é pelos meios de comunicação que acontece a formação da opinião pública, uma vez que é por intermédio deles que os acontecimentos obtêm visibilidade, proporcionando a discussão sobre as questões que circulam na mídia em todas as esferas da sociedade.

Ao rever as noções de discussão e debate, Price afirma que os públicos são constituídos por problemas compartilhados e que os meios de comunicação de

massa proporcionam pontos em comum entre os seus públicos e, nesse sentido, eles possuem hoje um papel importante na formação da opinião pública.

A mídia contribui para a divulgação e reflexos de diversas representações sociais sobre a violência, uma vez que as notícias sobre este tema são bastante veiculadas nas manchetes dos meios de comunicação. Existem diferentes formas de violência, mas na imprensa, o foro privilegiado tem sido a problemática do crime (ADORNO, 1995).

As notícias não são neutras, elas vêm acompanhadas de uma interpretação do mundo. Os discursos contidos nas reportagens oferecem ao leitor uma antecipação de interpretações e sentidos sobre o mundo e as situações de violência, influenciando sua percepção da realidade e restringindo sua capacidade de elaboração de significados. Soma-se a isto o fato de os sujeitos não viverem diretamente essas situações, o que dificulta ainda mais uma elaboração própria e facilita a assimilação dos sentidos disseminados (SOUZA, 1995).

No Brasil, a exemplo dos Países precursores das liberdades públicas, houve momentos tumultuados de lutas, nas quais a história mostra os abusos, as atrocidades e de como foi difícil o reconhecimento dessas liberdades.

5.7 RELATÓRIO FINAL DA REBELIÃO NA PENITENCIÁRIA CENTRAL DO ESTADO DO PARANÁ em 2010

Com 57 anos de existência, a Penitenciária Central do Estado (PCE) é um estabelecimento penal, considerada pelo Departamento Penitenciário do Paraná (DEPEN), como sendo de segurança máxima, destinado a presos condenados do sexo masculino que cumprem pena em regime fechado, foi a terceira unidade prisional a ser construída no Paraná. Quando de sua inauguração em 1º de Dezembro de 1954, foi declarada como a maior e mais moderna penitenciária da América Latina, com capacidade na época para 522 celas individuais, com 10 metros quadrados cada, fica localizada no município de Piraquara, Paraná.

Em data de 14 de janeiro de 2010, por volta de 20h30min, presos da 10ª Galeria da PCE, no momento em que seriam fechados em seus cubículos por três agentes penitenciários se rebelaram e fizeram os 3 (três) agentes como reféns.

Somente por volta das 21h é que a Cia P Chq. foi acionada diretamente por um Policial Militar do BPGd que ligou de uma guarita diretamente para a Sala Chq. a qual por sua vez informou o Oficial RONE Cmdo e o Cmt. COE que estavam na base. Após as necessárias confirmações e ciência do Chefe de Operações, o Pel. RONE recolheu para a base para se equipar com equipamentos de CDC, enquanto a equipe de negociação e o restante da equipe tática do COE eram acionados, sendo que somente as 21h50min, já com o comboio devidamente montado com toda a estrutura da Cia P Chq para eventos desta natureza, iniciou-se o deslocamento para a PCE.

Exatamente às 22h10min o 1º Ten. QOPM PERES (Negociador Principal) realizou os primeiros contatos com os CEC que até então não haviam estabelecido contato com os primeiros interventores, contato este via telefone da guarita do portão de entrada da Penitenciária. Nesse ínterim, o restante das equipes mobilizavam-se para o início do gerenciamento da crise, deslocando-se para o ponto crítico. Neste primeiro contato realizado pelo Negociador Principal, às 22h25min, foi revelado que o contato dos CEC seria feito pelo detento nominado “Fernando”, sendo que este repassou que o motivo da rebelião teria sido o remanejamento de detentos da 2ª galeria para a 10ª galeria e além disto, repassou que os reféns estavam vivos.

Neste momento, foi estabelecido o posto de comando tático e definido o local da posição de formação do GT, pelo comandante tático, sendo que a partir de então, deste PCT, foram realizadas as negociações.

Os primeiros órgãos de imprensa que chegaram foram os “sensacionalistas”, que colocam o trabalho da PM em “xeque”, divulgando informações por vezes irreais, ou fazendo com que a opinião pública fique com uma imagem maculada da Corporação.

Durante o tempo em que o porta-voz não estava presente, a imprensa de certa forma atrapalhou o trabalho de negociação, pois, como é notório e sabido existiam telefones celulares em poder dos presos, que entravam em contato com órgãos da imprensa (mais precisamente RÁDIO BANDA B e programas policiais da RIC e CNT).

As equipes de jornalistas (mais precisamente dos citados), colocavam familiares dos CEC's em contato com estes e também “diziam ajudar nas

negociações” e até por vezes passando informações a respeito do número (embora não exato) de policiais presentes na operação.

Logo, com a chegada do porta-voz, este assumiu sua posição dentro da doutrina, não atrapalhando a negociação, contudo auxiliando nos contatos com a imprensa, fazendo com que os órgãos de comunicação estivessem sendo conduzidos dentro do T.O., inclusive. Quando permitido pelo gerente da crise, imagens de detentos não-rebelados eram feitas, através do muro do presídio. O porta-voz acompanhou toda a imprensa, e sendo assim, pode filtrar o que seria repassado e divulgado pela imprensa.

Mas, de tudo, a imprensa não só atrapalhou, mesmo porque, quando solicitados de forma a serem utilizados como interlocutores, no momento da barganha de um refém, foram autorizados apenas cinegrafistas, o que atenderam e respeitaram o local onde foi determinado o posicionamento.

A imprensa por muitas vezes, e pode-se dizer que na maioria da vezes, esteve presente no momento da rendição, atendendo a uma exigência dos CEC's, pois, é uma forma de se mostrar as pessoas vivas para a população. No caso da crise em tela, a figura do porta-voz pode coibir um pouco dos “atropelos” dos órgãos de imprensa fazendo com que o trabalho destes profissionais não fosse coibido e também utilizado de forma técnica na barganha de reféns e rendição.

Para a rendição, então, os CEC's pediram a presença de um órgão de imprensa em especial, RÁDIO BANDA B e de um cinegrafista (se não falha a memória, BAND) e então em posição já acordada com os CEC's, a imprensa foi posicionada e houve a rendição.

Como o gerenciamento da crise atingiu seus principais objetivos (preservar vidas, aplicar a lei e restabelecer a ordem), a opinião pública acabou por ser positiva.

De fato, se a solução da crise não tivesse atingido os objetivos a opinião pública seria diferente, pois, é volátil. A opinião pública muda conforme a ação da PM, se erra faz a PM “pagar caro”, se acerta não se fala mais nisso.

Contudo, o gerente da crise agiu acertadamente aplicando na medida o possível as ferramentas que eram disponíveis.

6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

No capítulo anterior foi realizada uma revisão de literatura atinente ao tema da pesquisa, sendo evidenciados conceitos e esclarecimentos teóricos. Neste capítulo, será apresentado o resultado dos questionários aplicados a policiais militares pertencentes ao Batalhão de Polícia de Guarda (BPGd) que participaram no controle da rebelião na Penitenciária Central do Estado (PCE) em janeiro de 2010, bem como a análise das respostas das entrevistas feitas junto ao Comandante do BPGd na época dos fatos, Major QOPM Lucio Fortes Moreira Filho, ao Porta – Voz da PMPR, Capitão QOPM Manoel Jorge dos Santos Neto, ao negociador durante a crise, 1º Ten QOPM Carlos César de Souza Peres e a jornalista da PMPR, Márcia Santos.

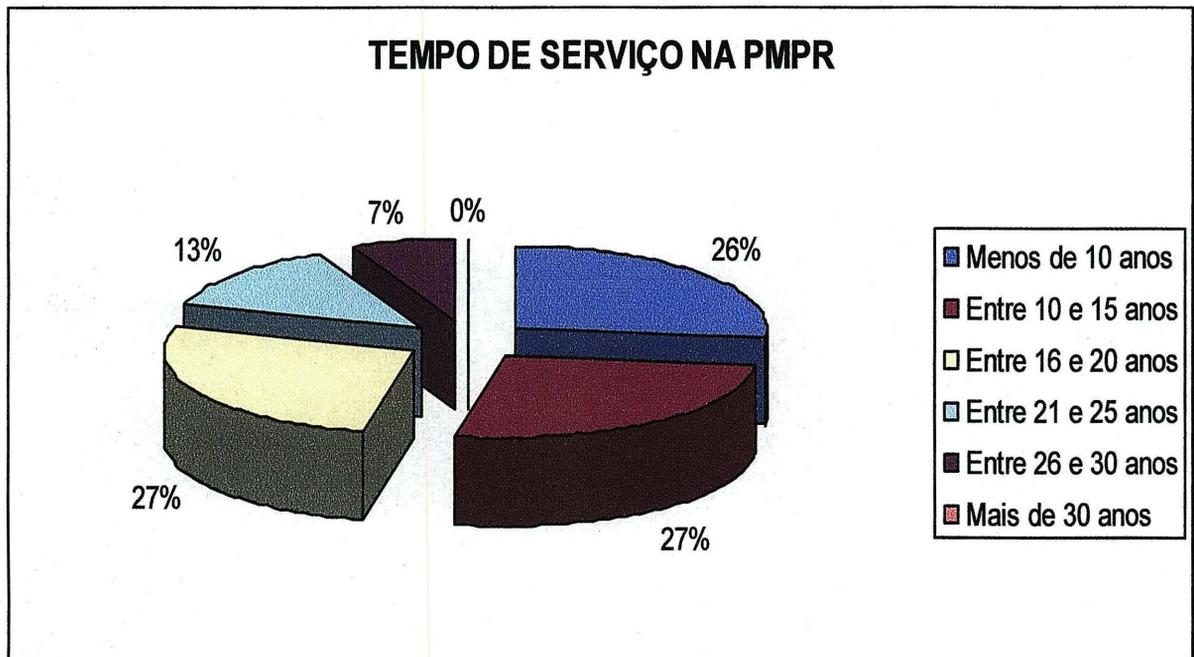
6.1 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS

Os questionários foram aplicados a 15 policiais militares, todos pertencentes ao Batalhão de Polícia de Guarda (BPGd) e que participaram efetivamente do controle da rebelião na Penitenciária Central do Estado (PCE) em janeiro de 2010.

Os questionários contam com 12 (doze) perguntas com respostas objetivas.

A primeira questão diz respeito ao tempo de serviço do entrevistado, com a seguinte pergunta: “Quanto tempo tem de serviço na PMPR?” São apresentadas como alternativas de resposta, seis situações: menos de 10 (dez) anos, entre 10 (dez) e 15 (quinze) anos, entre 16 (dezesesseis) e 20 (vinte) anos, entre 21 (vinte e um) e 25 (vinte e cinco) anos, entre 26 (vinte e seis) e 30 (trinta) anos e mais de 30 (trinta) anos.

GRÁFICO 1 – TEMPO DE SERVIÇO NA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

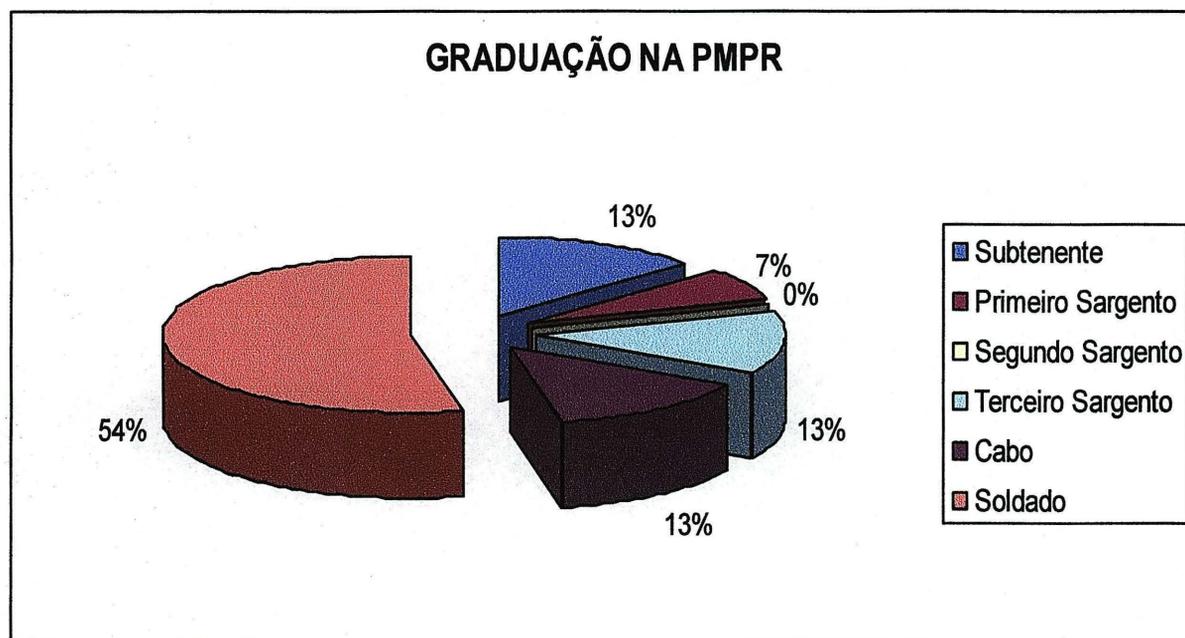


FONTE: Pesquisa de Campo

Da análise do gráfico acima, destaca-se que 26% dos policiais militares entrevistados possuem menos de 10 anos de serviços prestados à PMPR, 27% estão entre 10 e 15 anos e 16 e 20 anos respectivamente nas fileiras da corporação, 13% entre 21 e 25 anos e somente 7% dos entrevistados na faixa de 26 a 30 anos de serviço. Isto demonstra o equilíbrio dos policiais entrevistados no aspecto tempo de serviço, podendo desta maneira existir uma variação no tratamento dos assuntos pertinentes a gerenciamento de crise e imprensa.

A segunda questão refere-se à graduação do policial militar entrevistado, com a seguinte pergunta: **“Na escala hierárquica, qual graduação que ocupa?”**. Foram apresentadas como alternativas as graduações de soldado, cabo, 3º Sargento, 2º Sargento, 1º Sargento e Subtenente.

GRÁFICO 2 – GRADUAÇÃO QUE OCUPA NA PMPR

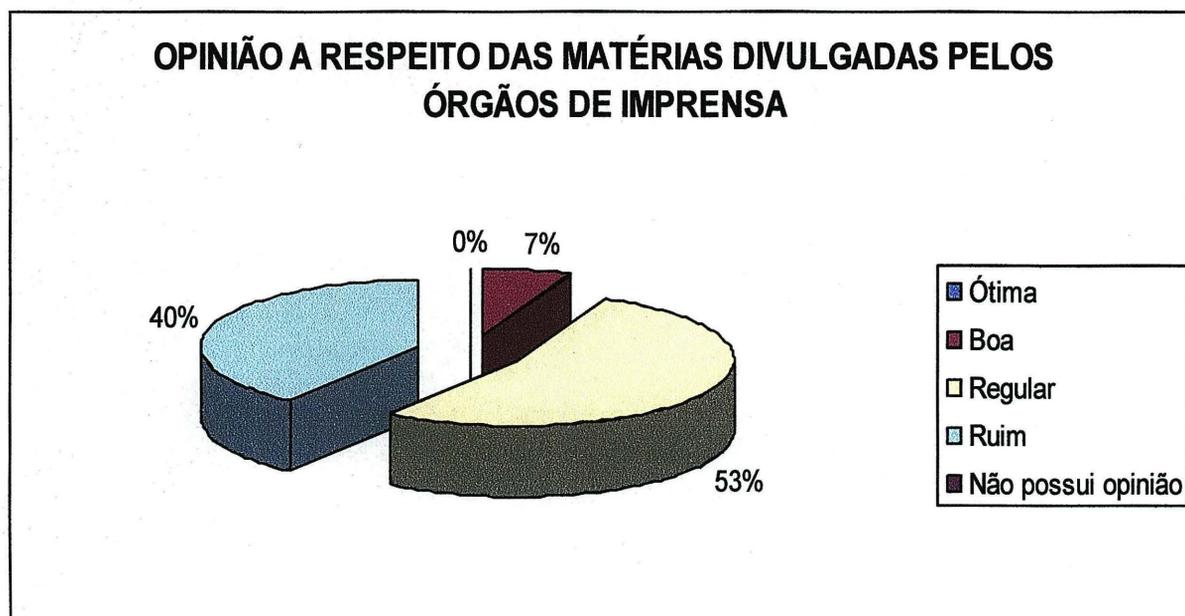


FONTE: Pesquisa de Campo

O gráfico acima mostra que 54% dos entrevistados são soldados e 46% graduados. Isto significa que quase a metade exerce, em regra, funções de comando e com poderes de decisão na solução de problemas em eventuais situações de crise que venham a participar.

A terceira questão aponta a opinião a respeito das matérias divulgadas pelos órgãos de imprensa. Pergunta ao policial: **“Qual sua opinião a respeito das matérias divulgadas pelos órgãos de imprensa sobre as ações da Polícia Militar?”** . Apresenta seis opções como resposta: ótima, boa, regular, ruim ou não possui opinião a respeito.

GRÁFICO 3 – OPINIÃO A RESPEITO DAS MATÉRIAS DIVULGADAS PELOS ÓRGÃOS DE IMPRENSA SOBRE AS AÇÕES DA POLÍCIA MILITAR

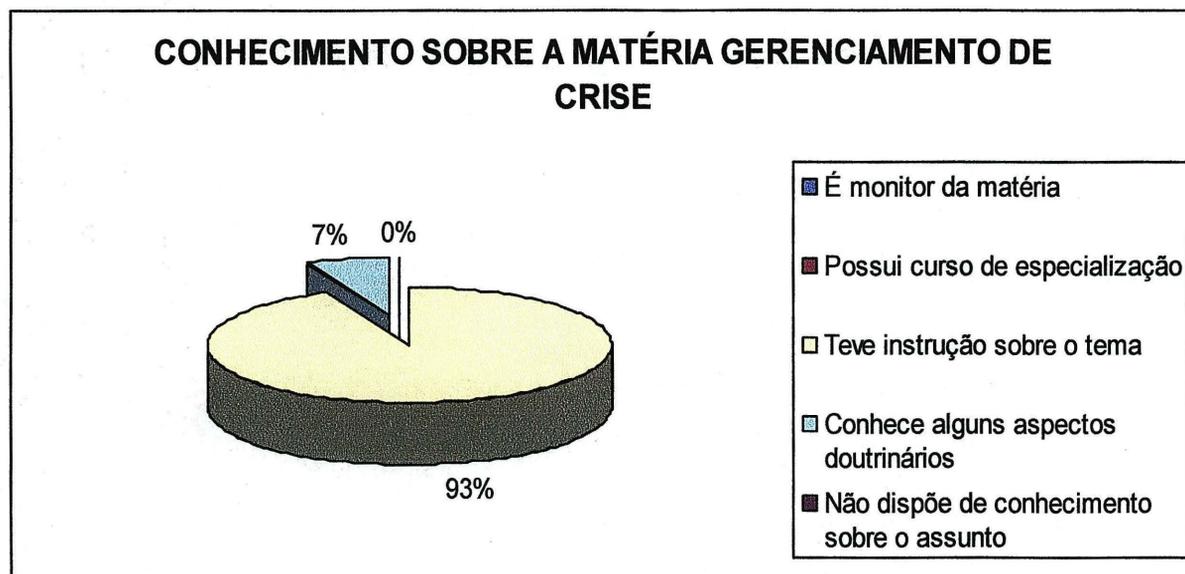


FONTE: Pesquisa de Campo

Pela análise que se pode fazer do gráfico acima, conclui-se que 53% dos entrevistados entendem que as matérias divulgadas pelos órgãos de imprensa são regulares e 40% são ruins. Neste sentido observa-se que os policiais militares de uma forma geral não estão satisfeitos com a maneira de que as coberturas jornalísticas estão sendo conduzidas.

A quarta questão trata do conhecimento dos entrevistados acerca da matéria de gerenciamento de crise com a seguinte pergunta: “Qual o seu conhecimento sobre a matéria gerenciamento de Crise?” São apresentadas cinco situações: é monitor da matéria, possui curso de especialização sobre o assunto, teve instrução sobre o tema, conhece alguns aspectos doutrinários e não dispõe de conhecimento sobre o assunto.

GRÁFICO 4 – CONHECIMENTO SOBRE A MATÉRIA GERENCIAMENTO DE CRISE

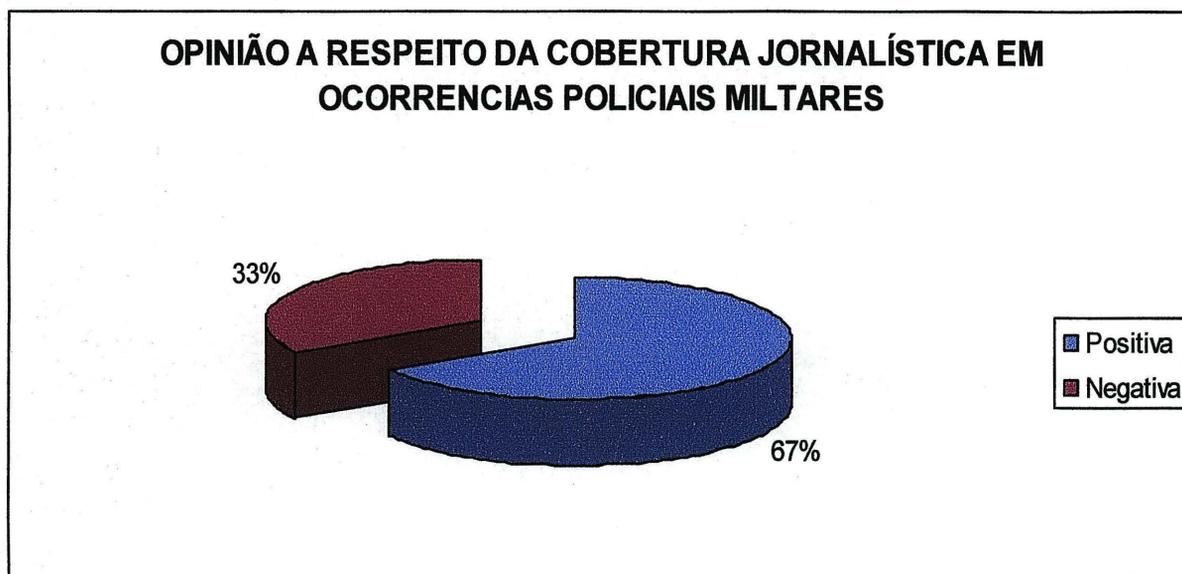


FONTE: Pesquisa de Campo

O gráfico acima identifica um número significativo de policiais militares que já tiveram instrução sobre a matéria gerenciamento de crise, totalizando 93% dos entrevistados e 7% responderam conhecer algum aspecto doutrinário.

A quinta questão trata da opinião dos entrevistados a respeito da cobertura jornalística em ocorrências policiais militares, colocando a seguinte questão: **“Qual sua opinião a respeito da cobertura jornalística em ocorrências policiais militares que envolvam situação de crise?”** São apresentadas como alternativas de respostas duas situações: Positiva ou Negativa.

GRÁFICO 5 – OPINIÃO A RESPEITO DA COBERTURA JORNALÍSTICA EM OCORRÊNCIAS POLICIAIS MILITARES QUE ENVOLVAM SITUAÇÕES DE CRISE

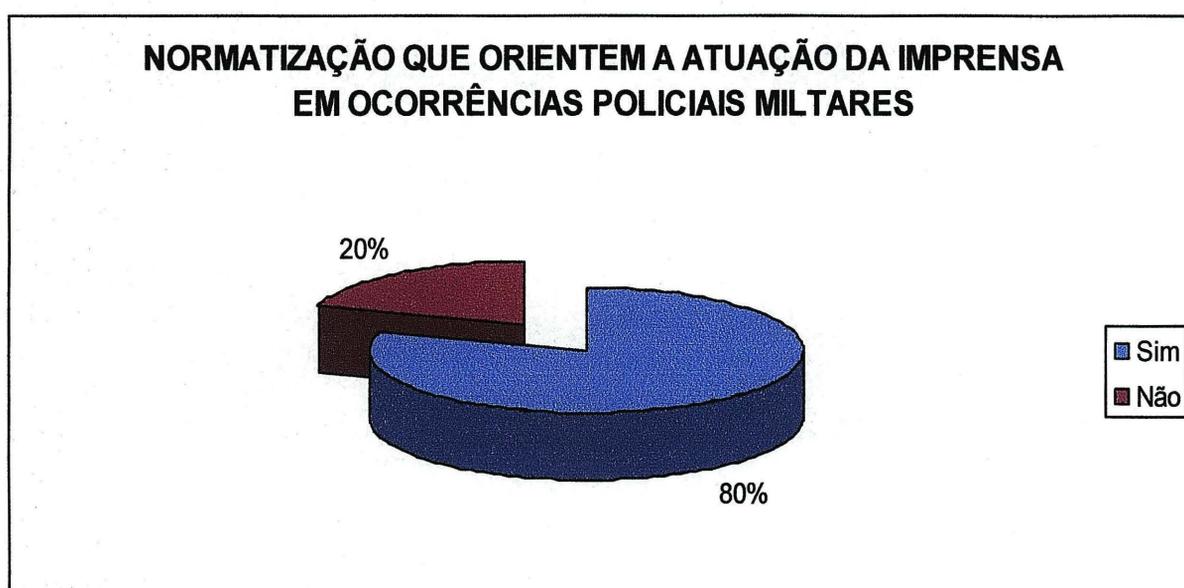


FONTE: Pesquisa de Campo

Em observação ao gráfico acima, pode-se concluir que 67% dos entrevistados analisam de maneira positiva a cobertura jornalística em ocorrências policiais militares que envolvam situações de crise e 33% refletem sobre o assunto de maneira negativa. Isto posto, conclui-se que a Polícia Militar do Paraná está cada vez mais se adequando à política de conduta e relacionamento com os diversos órgãos de imprensa no Estado do Paraná.

A sexta questão discorre a respeito da normatização com relação à atuação da imprensa em ocorrências policiais militares, feita a seguinte pergunta ao policial militar: **“Na sua unidade existe normatização, procedimentos que orientem a atuação da imprensa em ocorrências policiais militares que envolvam situações de crise?”** São apresentadas como alternativa de respostas, duas situações: Sim ou Não.

GRÁFICO 6 – NORMATIZAÇÃO QUE ORIENTEM A ATUAÇÃO DA IMPRENSA EM OCORRÊNCIAS POLICIAIS MILITARES QUE ENVOLVAM SITUAÇÕES DE CRISE

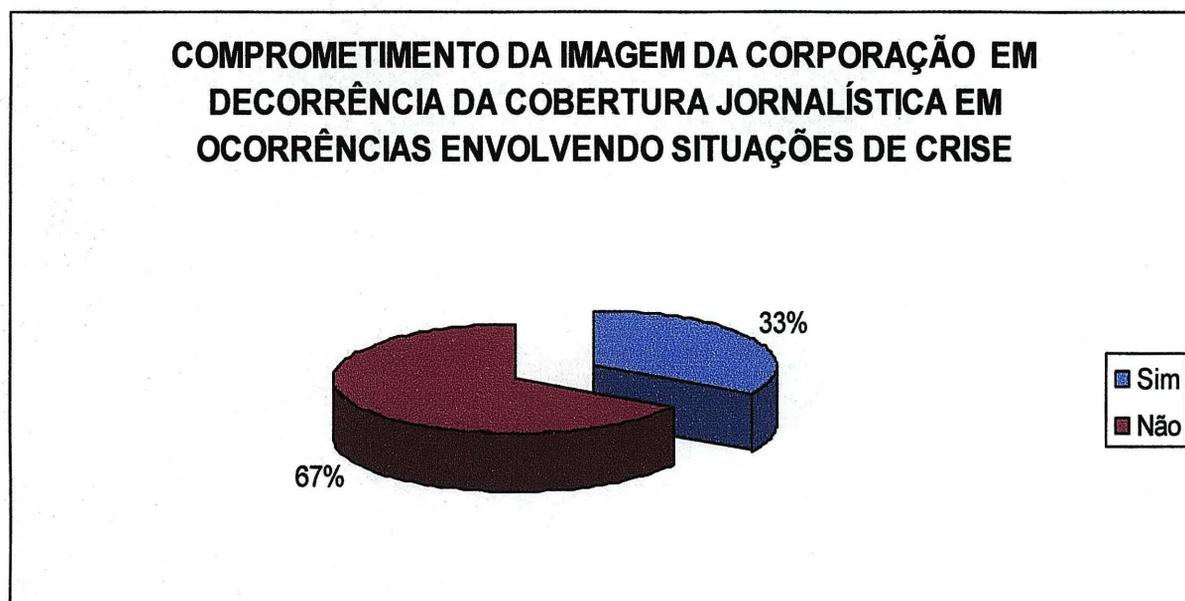


FONTE: Pesquisa de Campo

O gráfico acima discorre sobre a existência de normatização no Batalhão de Polícia de Guarda (BPGd) sobre o enfoque do tratamento com a imprensa nos casos de ocorrências envolvendo situações de crise. Conclui-se que 80% dos entrevistados afirmaram existir uma normatização e 20% de não terem conhecimento, talvez pelo pouco tempo na unidade ou atuação destacada.

A sétima questão aborda a imagem da Corporação em relação à cobertura jornalística em ocorrências policiais militares envolvendo situações de crise. A pergunta foi a seguinte: **“No seu entender, a cobertura jornalística de ocorrências policiais militares envolvendo situações de crise, podem comprometer a imagem da Corporação?”** São apresentadas como alternativa de respostas, duas situações: Sim ou Não.

GRÁFICO 7 – COMPROMETIMENTO DA IMAGEM DA CORPORÇÃO EM DECORRÊNCIA DA COBERTURA JORNALÍSTICA EM OCORRÊNCIAS POLICIAIS MILITARES ENVOLVENDO SITUAÇÕES DE CRISE

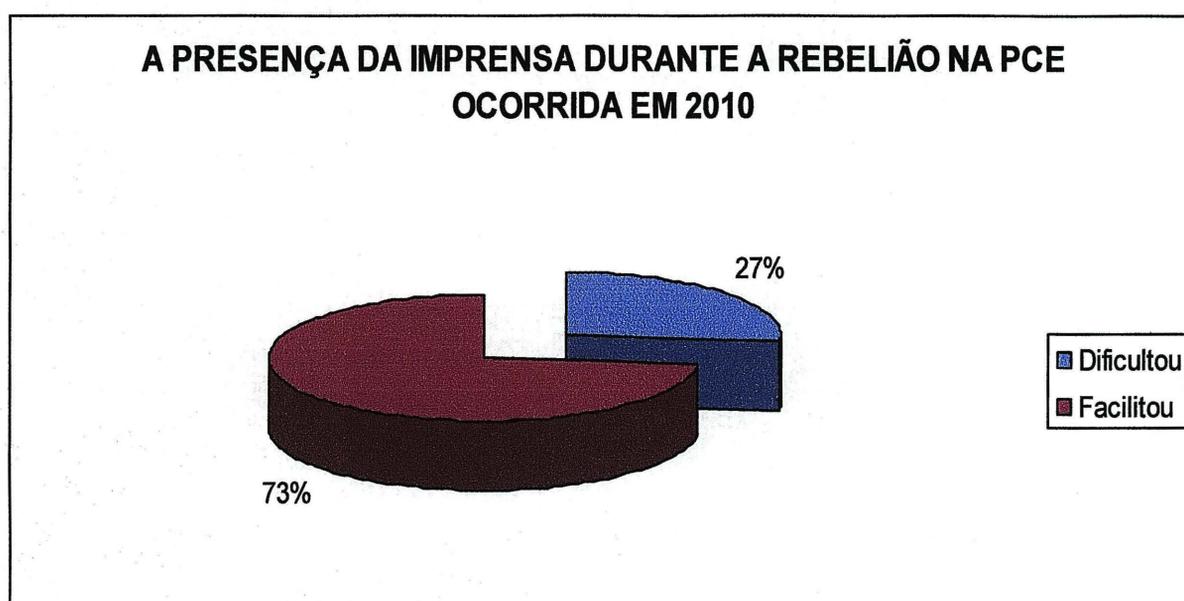


FONTE: Pesquisa de Campo

O gráfico ilustra que na opinião de 67% dos entrevistados a cobertura jornalística em ocorrências policiais militares envolvendo situações de crise não compromete a imagem da Corporação; ao contrário de 33% que entende que a cobertura jornalística pode comprometer a imagem. Tal perspectiva é resultado de uma mudança de postura Institucional que transmite ao policial militar o significado de ter a imprensa como colaboradora na busca de soluções pacíficas em situações de crise.

A oitava questão discute se a presença da imprensa dificultou ou facilitou a ação da Polícia Militar durante a rebelião ocorrida na Penitenciária Central do Estado (PCE) em janeiro de 2010. A pergunta feita ao entrevistado foi a seguinte: “Na sua opinião a presença da imprensa dificultou ou facilitou as ações da Polícia Militar durante a rebelião ocorrida na PCE em janeiro de 2010?” As alternativas de resposta foram: dificultou ou facilitou.

GRÁFICO 8 - A AÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DURANTE A REBELIÃO NA PCE EM JANEIRO DE 2010 EM FUNÇÃO DA PRESENÇA DA IMPRENSA



FONTE: Pesquisa de Campo

A apresentação do gráfico acima mostra que 73% dos entrevistados afirmaram que a presença da imprensa foi um fator facilitador para a ação da Polícia Militar, enquanto que 27% entenderam que ao contrário destes, a presença da imprensa somente dificultou.

A nona questão aponta as dificuldades dos entrevistados com relação ao tratamento que se deve dar à imprensa em ocorrências policiais militares envolvendo situações de crise. A pergunta feita ao entrevistado foi a seguinte: “**Na sua opinião, quais as dificuldades encontradas com relação ao tema?**” Foram apresentadas as seguintes alternativas: literatura indisponível na Unidade Operacional de Área, ausência de doutrina, falta de instrução, inexistência de curso na PMPR e outra alternativa aberta a critério do entrevistado.

GRÁFICO 9 – DIFICULDADES ENCONTRADAS COM RELAÇÃO AO TEMA GERENCIAMENTO DE CRISE

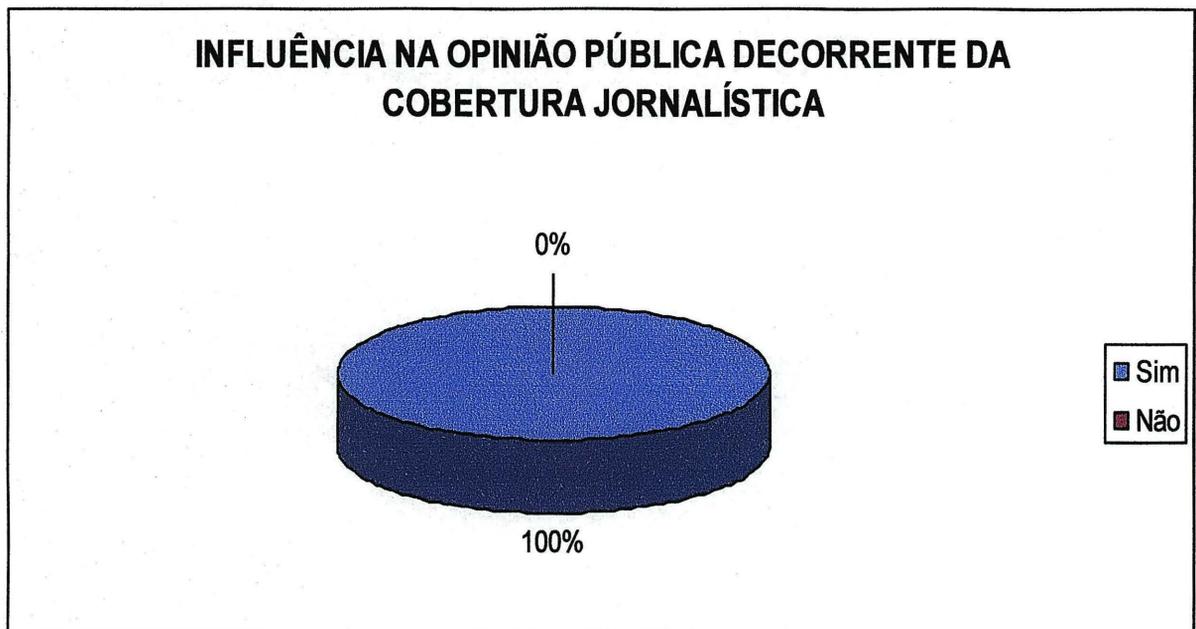


FONTE: Pesquisa de Campo

No gráfico acima, 67% dos entrevistados enfocaram que a maior dificuldade no que diz respeito ao tratamento com a imprensa durante ocorrências policiais militares envolvendo situações de crise é a falta de instrução e outros 33% que seria a ausência de doutrina.

A décima questão avalia a influência na opinião pública decorrente da cobertura jornalística durante a rebelião na PCE em janeiro de 2010. A pergunta feita foi a seguinte: **“No que diz respeito a rebelião ocorrida na PCE em 2010, na sua opinião a cobertura jornalística influenciou a opinião pública?”** As alternativas apresentadas foram: Sim ou Não.

GRÁFICO 10 – INFLUÊNCIA NA OPINIÃO PÚBLICA DECORRENTE DA COBERTURA JORNALÍSTICA DURANTE A REBELIÃO NA PCE EM JANEIRO DE 2010

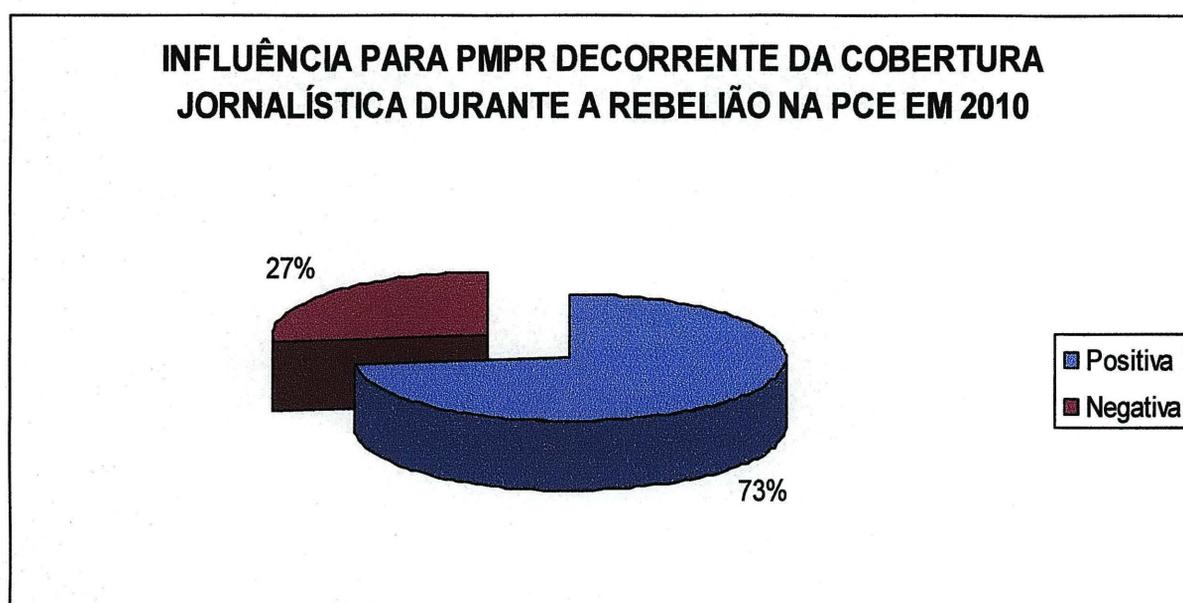


FONTE: Pesquisa de Campo

O gráfico acima ilustra que 100% dos policiais militares entrevistados afirmaram que a opinião pública foi influenciada pela cobertura jornalística durante a rebelião ocorrida na PCE em janeiro de 2010.

A décima primeira questão trata se a influência na opinião pública em virtude da cobertura jornalística durante a rebelião na PCE em janeiro de 2010 foi positiva ou negativa, considerando somente as respostas positivas na questão anterior. A pergunta formulada foi a seguinte: **“Se na questão anterior sua resposta foi “sim”, tal influência foi positiva ou negativa para a Corporação?”** As alternativas apresentavam a seguinte forma: positiva ou negativa.

GRÁFICO 11 – INFLUÊNCIA PARA PMPR DECORRENTE DA COBERTURA JORNALÍSTICA DURANTE A REBELIÃO OCORRIDA NA PCE EM JANEIRO DE 2010

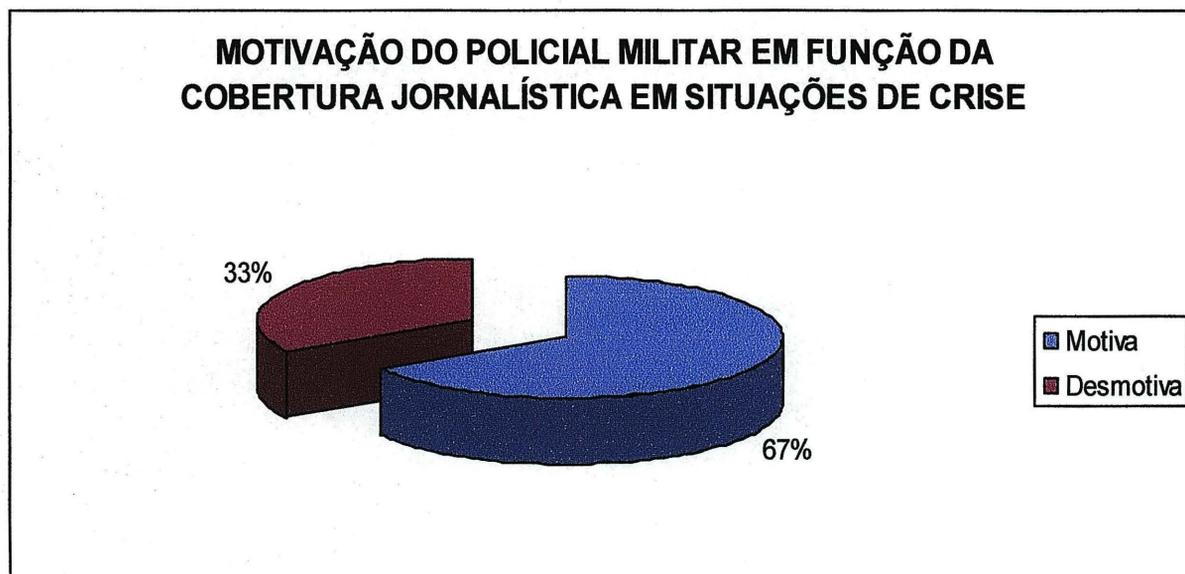


FONTE: Pesquisa de Campo

O gráfico acima descreve a influência na opinião pública sobre a ação da Polícia Militar em função da cobertura jornalística ocorrida durante a rebelião na PCE em janeiro de 2010. Neste sentido, o gráfico aponta que 73% dos entrevistados afirmaram que a cobertura jornalística influenciou a opinião pública de maneira positiva a ação da Polícia Militar, sendo que 27% apontou que tal influência foi negativa para a Corporação.

A décima segunda questão aborda o fator motivacional do policial militar frente à cobertura jornalística em situações de crise. A questão formulada foi a seguinte: “**A cobertura jornalística em tais eventos motiva ou desmotiva o policial militar?**” Como alternativas de resposta foram apresentadas duas opções: motiva ou desmotiva.

GRÁFICO 12 – MOTIVAÇÃO DO POLICIAL MILITAR FRENTE À COBERTURA JORNALÍSTICA EM OCORRÊNCIAS POLICIAIS MILITARES QUE ENVOLVAM SITUAÇÕES DE CRISE



FONTE: Pesquisa de Campo

O gráfico acima demonstra em linhas gerais que o policial militar atinge um estado de motivação com a cobertura jornalística em ocorrências policiais militares que envolvam situações de crise, totalizando 67% dos entrevistados, sendo que 33% afirmaram ser este um fator desmotivante.

6.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

As entrevistas foram norteadas por cinco perguntas, as quais foram aplicadas às seguintes pessoas:

- Major QOPM Lúcio Fortes Moreira Filho, Comandante do BPGd na época dos fatos;
- Capitão QOPM Manoel Jorge dos Santos Neto, Porta – Voz da PMPR durante a rebelião na PCE em janeiro de 2010;
- 1º Ten QOPM Carlos César de Souza Peres, negociador durante a rebelião;
- Márcia Santos, jornalista da PMPR. (Questões 1 e 3)

Transcreve-se abaixo as perguntas feitas aos entrevistados, seguidas das respostas de cada entrevistado e análise das respostas.

Pergunta 1 – Uma crise poderá ser causada para comprometer a imagem ou estabilidade de um governo. Neste sentido o (a) Senhor (a) entende que a rebelião ocorrida na Penitenciária Central do Estado em 2010 teve conotação política direcionada pela cobertura jornalística?

RESPOSTAS

- **Major QOPM Lúcio Fortes Moreira Filho, Comandante do BPGd na época dos fatos**

De uma maneira geral não houve conotação política diferenciada. Em que pese o fato de ser um ano político. (eleição para governador).

- **Capitão QOPM Manoel Jorge dos Santos Neto, Porta – Voz da PMPR durante a rebelião na PCE em janeiro de 2010**

Pelo que podemos observar, o evento em tela teve conotação absolutamente voltada para o interesse dos detentos. Facções rivais, com influência

inclusive de outros Estados tomaram conta da penitenciária, a fim de reivindicar melhorias em alguns aspectos e transferência de presos. Ocorreram mortes de detentos ligados a uma das facções, bem como brutalidades como queima de corpos e decapitações. Não pode se dizer que tais atitudes tenham foco político, e sim uma oportunidade aberta para que situações ligadas ao meio político pudessem vir à tona naquela oportunidade.

Cabe uma análise bastante aprofundada sobre os fatos, se considerarmos ser o último ano do governo do Estado. Neste sentido não houve por parte do governo qualquer interferência no decorrer das negociações.

Durante toda a rebelião não foi observado que os fatos tiveram conotação política ou qualquer direcionamento pela cobertura jornalística.

- **1º Ten QOPM Carlos César de Souza Peres, negociador durante a rebelião**

Para uma equipe de negociação as causas da crise serão definidas durante o trabalho desenvolvido na negociação. De início, procura-se acalmar os ânimos, e sempre buscar informações sobre os envolvidos. Ideais políticos e até mesmo partidários não são o foco que o negociador deve interpretar, todavia, ao detectar este tipo de influência, deve-se trabalhar de forma com que esta situação não comprometa a vida e integridade dos envolvidos.

Especificamente, no tocante à crise na PCE em 2010, durante as negociações houve fases em que os causadores citavam a situação de descontentamento com a direção do presídio, e fatores relacionados com a vida dentro da penitenciária.

A imprensa irá mostrar a situação crítica por várias vertentes, e não fora descartada por este segmento a conotação política, no intuito de desestabilizar um governo. Pode ter havido discussões a este nível, mas no caso do negociador estas discussões não afetam o trabalho de salvar vidas.

- **Márcia Santos, jornalista da PMPR.**

Realmente, em se tratando de interesses políticos, factóides podem ser criados para envolver um governo ou determinados representantes políticos, no entanto, a análise que é feita aqui é sob a ótica jornalística pessoal e não de cientista política. Sendo assim, seria leviano afirmar que a motivação principal da rebelião foi a política, ou teve conotação política, contudo em determinados momentos pode se afirmar que foi utilizado pela política.

Para entender melhor a situação, é preciso lembrar que alguns dias antes da rebelião o então governo havia determinado a retirada dos policiais militares que atuavam dentro do presídio, deixando apenas os que ficavam ao lado externo da unidade prisional, o que causou um desgosto por parte dos agentes penitenciários, fato que pode ter facilitado, provavelmente a rebelião.

Fazendo uma análise rápida de algumas reportagens veiculadas ao público à época e lembrando da situação política vivida pelo governo, e mais precisamente pelo então secretário de Segurança Pública, é fácil constatar que houve um direcionamento da imprensa (grande parte) durante a ocorrência. No caso, embora a rebelião tenha sido iniciada por uma briga entre facções, o que foi deixado claro na própria lide das matérias jornalísticas da Gazeta do Povo e seu conglomerado, foi o fato de a secretaria de Segurança Pública (SESP) ter liberado, alguns dias antes, os policiais militares para a Operação Viva o Verão.

Outro aspecto importante se deu por parte dos poderes propriamente ditos, ou seja, a oposição ao governo da época também se utilizou dos meios de comunicação para criticar a forma como a segurança estava sendo conduzida pelo então governo, e a situação, por sua vez, para tentar se defender. Além de governantes, os próprios agentes penitenciários foram políticos se utilizando de um fato para pressionar o governo na conquista de algo que achavam que seria importante para eles naquele momento. E a imprensa foi amplamente alimentada com informações vindas de dentro do presídio, por parte destes profissionais.

ANÁLISE

A primeira questão da entrevista aborda a conotação política direcionada pela cobertura jornalística durante a rebelião na PCE em janeiro de 2010. Os três oficiais entrevistados descreveram de maneira direta que o desencadear da rebelião não teve conotação política e muito menos direcionamento pela cobertura

jornalística. Cada um no desempenho de sua função buscou atuar de maneira profissional e imparcial na busca de uma solução pacífica para a crise. A jornalista Márcia Santos se posicionou de maneira que o motivo da rebelião talvez não tivesse interesses políticos, contudo no decorrer da rebelião a imprensa teria sido utilizada por oportunistas com o intuito de cobrar medidas eficazes do então atual governo e atribuir responsabilidades a este mesmo governo. Deste modo, a cobertura jornalística não teria direcionado a opinião pública em atribuir responsabilidades para o governo, porém na sequência a imprensa teria sido utilizada para tal feito.

Pergunta 2 - Nesta oportunidade, a participação dos órgãos de imprensa na cobertura jornalística em sua opinião influenciou as tomadas de decisões por parte do gerente da crise?

RESPOSTAS

- **Major QOPM Lúcio Fortes Moreira Filho, Comandante do BPGd na época dos fatos**

Não. A imprensa não teve acesso ao perímetro do evento crítico. As informações eram repassadas numa espécie de sala de imprensa que foi criada.

- **Capitão QOPM Manoel Jorge dos Santos Neto, Porta – Voz da PMPR durante a rebelião na PCE em janeiro de 2010**

A imprensa cumpriu seu papel durante a rebelião. Importante abordar que alguns detentos portavam telefones celulares e com isto mantinham contato com alguns órgãos de imprensa informando o que estava ocorrendo sob a ótica dos próprios detentos. Isso naturalmente poderia interferir em algumas tomadas de decisão, porém o estabelecimento de um canal claro por parte da PMPR com os órgãos de imprensa descaracterizava algumas informações transmitidas as vezes ao vivo pelos detentos via telefone.

Naturalmente o gerente da crise fica sabendo o que se veicula na imprensa, contudo não significa que as decisões tomadas serão influenciadas pelos noticiários.

- **1º Ten QOPM Carlos César de Souza Peres, negociador durante a rebelião**

No caso da PCE em 2010, acredito que não atrapalhou as tomadas de decisões por parte do gerente da crise. Tal fato foi creditado desta forma, pois havia um oficial de ligação entre o gerenciamento da crise e a imprensa, sendo que este oficial disponibilizava boletins informativos às equipes de reportagens.

ANÁLISE

A segunda questão expõe as tomadas de decisão pelo gerente da crise em face da cobertura jornalística durante a rebelião. As respostas dos entrevistados nos mostram que todas as decisões tomadas pelo gerente da crise não foram influenciadas pela cobertura jornalística, mesmo sendo natural este oficial acompanhar as notícias que veiculavam nos diversos órgãos de imprensa.

Pergunta 3 - A cobertura jornalística durante a rebelião na PCE em 2010 interferiu na opinião pública? De que maneira?

RESPOSTAS

- **Major QOPM Lúcio Fortes Moreira Filho, Comandante do BPGd na época dos fatos**

Durante a rebelião não. Mas após rebelião, a imprensa enalteceu o serviço da Polícia Militar, uma vez que conseguiu sufocar a rebelião e resgatar os reféns.

- **Capitão QOPM Manoel Jorge dos Santos Neto, Porta – Voz da PMPR durante a rebelião na PCE em janeiro de 2010**

A opinião pública sempre, de maior ou menor forma, é influenciada pela mídia. No caso da crise em estudo, podemos colocar que tal fato ocorreu em três fases distintas. A primeira no início da crise, onde a imprensa tinha algumas informações, boa parte delas desconhecidas, ocasionando uma reação de descaso por parte da opinião pública. Comentários ao vivo, principalmente em rádios, falavam em deixar que os detentos entrassem em confronto matando uns aos outros, e que a Polícia Militar deveria entrar no presídio e “matar” todos os

envolvidos na rebelião. Tais comentários davam a nítida impressão de que a opinião pública seria favorável a qualquer atitude da Polícia Militar.

Em um segundo momento, depois do primeiro contato dos detentos com a imprensa por meio de telefone celular, inclusive ao vivo em algumas rádios, percebe-se uma sensível mudança na opinião pública. Em alguns casos, ouvintes declinavam seu apoio aos detentos afirmando serem vítimas da sociedade e que deveriam ser tratados de maneira mais humana pelas autoridades. De certa maneira, a presença de familiares no local e após entrevistas com os mesmos levou à sensibilização da opinião pública.

Em um terceiro momento, já com a crise deflagrada e com a real situação do presídio exposta por meio dos diversos órgãos de imprensa, houve o pedido dos presos para que a rádio “Banda B” e o programa “190” acompanhassem a entrada da Polícia Militar no presídio. Após a ação da Polícia Militar, o porta-voz de imediato deu retorno à imprensa de que maneira as coisas realmente aconteceram, desta maneira ficando a opinião pública favorável à Corporação.

- **1º Ten QOPM Carlos César de Souza Peres, negociador durante a rebelião**

Toda cobertura jornalística influencia a opinião pública, pois cada pessoa tem uma interpretação própria para o que vê, lê ou escuta e no caso da notícia jornalística isto não é diferente. Em situações de rebeliões, o que mais chama a atenção dos órgãos de imprensa são as ações policiais e as angústias dos familiares dos detentos.

Acredito que a cobertura jornalística atrapalhou o gerenciamento da crise a partir do momento em que estes profissionais faziam contatos diretos por telefone com detentos dentro do presídio e colocando estes em contato com o mundo externo, logo, atrapalhando no isolamento da crise. Este fator faz com que o causador do evento crítico (CEC) acabe por não desenvolver um “rapport” com o negociador, pois o CEC vê que o negociador não é o único caminho deste para externar seus sentimentos e expor suas causas para o evento crítico.

- **Márcia Santos, jornalista da PMPR.**

Numa ocorrência policial com vítima fatal, normalmente a população costuma receber a informação sobre a morte, que muitas vezes é considerada por ela como violência contra uma pessoa comum, trabalhadora, etc. Mas, neste caso, a morte era numa penitenciária e as vítimas acabaram sendo detentos, e a maioria da população, mesmo que inconscientemente, considera este tipo de pessoa merecedora de qualquer mal, então, o grande foco, acabou se tornando a medida do governo.

Ou seja, a influência da mídia fez com que a maioria da população recebesse a situação como um problema crônico de Segurança Pública e uma má administração do governo, deixando de lado a violência e até mesmo as mortes. A princípio, num primeiro momento, o que valeu foi a violência em si, porém, com o passar das horas, e em pouco tempo, isso foi deixado de lado. As notícias de maneira geral começaram a tomar o mesmo rumo, e o que ficou e vai permanecer, segundo a ótica dos meios de comunicação de massa, é a decisão equivocada do governo.

Infelizmente, a população brasileira é pouco informada e não possui o hábito da leitura tendo por conseqüência pouco senso crítico. A pouca informação recebida muitas vezes chega pela TV a qual é curta e superficial, além de incisiva e, desta forma as pessoas acabaram facilmente induzidas. Neste contexto, a principal TV que divulgou o fato foi a RPC, que faz parte do grupo ao qual a Gazeta está inserida, e que manteve durante quase os oito anos do governo anterior divergências publicamente conhecidas com o então mandatário do Estado.

Portanto, em uma análise rápida, é possível constatar que os interesses políticos que envolviam a instituição Estado e a empresa de comunicação em questão influenciaram na forma e conteúdo da notícia repassada aos telespectadores, que por sua vez, a partir disso, foram criando suas próprias opiniões.

Mas, por outro lado, o Governo utilizou a TV do Estado para divulgar seus posicionamentos, isto é, baseado em seus interesses procurou informar a população sobre o que estaria ocorrendo, assim como fez cada veículo de comunicação que tomou a rebelião como pauta. É lógico que assim como a RPC e a Gazeta do Povo, todos os outros veículos de comunicação têm suas linhas editoriais a serem seguidas, porém a concorrência é grande, o que faz as notícias tomarem o mesmo direcionamento em quase todos.

A população foi sim influenciada pelas diversas opiniões repassadas pelos meios de comunicação, e pode-se afirmar que houve público para cada opinião emitida, no entanto o que prevaleceu, como já disse antes, foi a ação do governo, vendida pelo maior grupo de comunicação, e que mais influencia há anos. Além disso, mesmo sendo um fato sobre o qual haveria diversas investigações que apontariam a raiz do problema, os esclarecimentos da questão, por parte da imprensa junto à opinião pública, se deram quase que junto com o término da rebelião, sem nem mesmo haver o posicionamento da justiça.

ANÁLISE

A terceira questão analisa a opinião pública em decorrência da cobertura jornalística durante a rebelião ocorrida na PCE em janeiro de 2010. Todos os entrevistados relataram que a cobertura jornalística interferiu na opinião pública, intercalando matérias positivas e negativas em relação à ação da Polícia Militar, sendo que ao final e com o sucesso da operação as matérias pontuaram de maneira positiva a ação. Contudo, o Major Lúcio afirmou que durante a rebelião a cobertura jornalística não interferiu na opinião pública, porém ao final os órgãos de imprensa enalteceram o serviço da Polícia Militar, uma vez que ela conseguiu sufocar a rebelião e resgatar os reféns.

Pergunta 4 - Segundo a doutrina de gerenciamento de crises com reféns e processo decisório em prática na Polícia Militar do Paraná a Polícia tem que garantir à imprensa total liberdade de cobertura até o ponto que não comprometa os aspectos táticos e de segurança. Neste sentido tal aspecto foi colocado em prática durante a rebelião?

RESPOSTAS

- **Major QOPM Lúcio Fortes Moreira Filho, Comandante do BPGd na época dos fatos**

A imprensa teve acesso apenas ao primeiro perímetro, não tendo acesso ao perímetro do evento crítico, uma vez que as informações necessárias eram

repassadas por um oficial no desenrolar do evento. Assim, a imprensa não influenciou durante o evento crítico.

- **Capitão QOPM Manoel Jorge dos Santos Neto, Porta – Voz da PMPR durante a rebelião na PCE em janeiro de 2010**

Desde o início da operação, estivemos atentos ao cumprimento da doutrina. Em nenhum momento, qualquer informação partiu da comunicação social sem o conhecimento do comandante da operação e do negociador. Foi respeitada a questão da linguagem jornalística, por meio da presença da jornalista da Polícia Militar Márcia Santos, dando credibilidade às informações repassadas que tinham como referência as negociações e as ordens emanadas do comandante da operação.

Como citado anteriormente, duas emissoras, uma de rádio e outra de televisão acompanharam a entrada da Polícia Militar no interior do presídio. As demais emissoras tiveram acesso às informações, bem como detentos feridos e membros da comissão de direitos humanos da OAB falando à imprensa e descrevendo o contato que tiveram com alguns dos presos. A opinião pública mais uma vez é levada a olhar para os detentos por meio das informações prestadas pela imprensa.

O comando da operação buscou sempre deixar a imprensa bem informada, fazendo com que a opinião pública se posicionasse de maneira coerente e responsável.

- **1º Ten QOPM Carlos César de Souza Peres, negociador durante a rebelião**

Sim. Desde o início da crise a imprensa foi colocada no perímetro externo do isolamento, todavia, sempre que necessário o gerente da crise repassava informações para os órgãos de imprensa por meio do porta-voz da PMPR, que no caso em tela fora um Capitão da PM/5.

Cabe ressaltar ainda, que quando necessária a presença da imprensa como “interlocutores” estes foram utilizados de forma técnica e devidamente “brifados” com o gerente da crise e equipe de negociação.

ANÁLISE

A quarta pergunta discorre sobre a liberdade de imprensa segundo a doutrina de gerenciamento de crise durante a cobertura jornalística na rebelião na PCE em janeiro de 2010. Os três oficiais entrevistados informaram que a doutrina de gerenciamento de crise aplicada na PMPR foi respeitada, inclusive oportunizando a todos os órgãos de imprensa o acesso ao perímetro externo do isolamento sem comprometerem os trabalhos da Polícia Militar. Conforme descreve a doutrina um porta-voz da PM fazia toda a ligação do gerenciamento da crise com a imprensa, repassando todas as informações necessárias.

Pergunta 5 - Profissionais de imprensa devem avaliar com responsabilidade o que é conveniente informar sem comprometer o andamento das operações e sem perder espaço para os concorrentes. Infelizmente, o normal é que a busca de “furos jornalísticos” se sobreponha a todos os demais interesses. Com base nesta afirmativa o trabalho dos diversos veículos de comunicação durante a cobertura jornalística na rebelião da PCE em 2010 interferiu nas ações da Polícia Militar?

RESPOSTAS

- **Major QOPM Lúcio Fortes Moreira Filho, Comandante do BPGd na época dos fatos**

Não. Mesmo porque a imprensa não teve acesso ao local do evento crítico. Assim todas as técnicas policiais que um evento de tal envergadura requeria foram aplicadas, sem que houvesse a mínima interferência no evento crítico.

- **Capitão QOPM Manoel Jorge dos Santos Neto, Porta – Voz da PMPR durante a rebelião na PCE em janeiro de 2010**

Desde o primeiro momento o comando da operação, os negociadores e a comunicação social estiveram em permanente contato. Foi estabelecido um local, respeitando-se um perímetro de segurança onde a imprensa recebia as informações apenas de um oficial da comunicação social que era o porta-voz da operação.

Sempre há a tentativa de se ter uma informação privilegiada por parte da imprensa, principalmente por parte de emissoras que têm em sua grade de atrações programas que abordam a segurança pública.

Alguns programas de rádio AM, como a Banda B e televisão, como o programa 190, estavam em contato com os detentos por meio de aparelhos celulares. É certo que as informações repassadas pelos detentos eram de grande interesse por parte dos citados programas.

Contudo, as informações oficiais, referendadas pelo comando da operação partiam somente de um canal de comunicação, qual seja o da comunicação social. O contato permanente entre a cadeia de comando da operação e as informações passadas de forma verdadeira e constante à imprensa não permitiram qualquer interferência nas decisões tomadas pelo comando da operação.

- **1º Ten QOPM Carlos César de Souza Peres, negociador durante a rebelião**

Sim. Conforme relatado em questionamento anterior, no anseio da exclusividade alguns órgãos de imprensa noticiavam as ligações telefônicas dos detentos para os órgãos de imprensa mais ligados aos relatos policiais. Isto acaba por atrapalhar o trabalho da equipe de negociação, pois coloca em xeque o isolamento do ponto crítico, fazendo com que a crise torne-se um momento de ápice da audiência.

Considero uma falta de humanidade este tipo de atitude por parte da imprensa, pois vidas estão em risco e no anseio da exclusividade, se expõe o ser humano no dito “furo de reportagem”, vindo a atrapalhar o trabalho policial e em certas ocasiões tornando o ganho de tempo da negociação uma tortura para familiares e pessoas ligadas aos envolvidos na crise.

Suponho que nossa Corporação deveria instruir os órgãos de imprensa no tocante de como se portar em situações de crise, pois a idéia do gerente da crise e de todas as autoridades envolvidas não é atrapalhar o trabalho da imprensa, mas sim realizar o gerenciamento da crise de forma técnica e profissional, salvando vidas e aplicando a lei e com certeza repassando em momento oportuno todas as informações para a imprensa.

ANÁLISE

O Major Lúcio, gerente da crise em sua análise afirmou que a cobertura jornalística durante a rebelião não interferiu nas ações da Polícia Militar, contudo o Capitão Neto, porta-voz, em sua entrevista coloca que os órgãos de imprensa buscavam a todo momento informações das mais diversas fontes possíveis, o que pode ser considerado normal, quando a disputa pelo “furo de reportagem” é grande entre os diversos veículos de comunicação presentes. O referido oficial termina sua entrevista enfocando, que apesar das investidas da imprensa em busca da informação, as ações da Polícia Militar não foram afetadas por conta desta situação.

O 1º Tenente Perez, em uma visão mais técnica e doutrinária, em sua entrevista avalia que a cobertura jornalística durante a rebelião na PCE em janeiro de 2010 interferiu nas ações da Polícia Militar, principalmente com relação à negociação do evento, preocupados mais com suas respectivas audiências, do que com a vida das pessoas envolvidas na rebelião.

7 CONCLUSÃO

Nesta etapa final, buscar-se-á a revisão dos objetivos apresentados no início do presente estudo, com o fito de verificar se foram ou não atingidos. Desta forma, infere-se que o objetivo geral (Reunir informações que possibilitem refletir e apontar os resultados da cobertura jornalística no que diz respeito à ação da Polícia Militar do Paraná durante a rebelião ocorrida em janeiro de 2010 na Penitenciária Central do Estado) foi atingido em sua totalidade, pois observou-se que a cobertura jornalística não interferiu nas ações da Polícia Militar e muito menos nas tomadas de decisões por parte do gerente da crise.

Com relação aos objetivos específicos, de acordo com a análise do estudo bibliográfico e dos resultados obtidos por meio do instrumento de coleta de dados (questionário de pesquisa e entrevista), resta claramente demonstrada a estrutura do sistema de comunicação social da PMPR, com base na Portaria do Comando-Geral nº 447, de 07 de Junho de 2011, que aprova o *Vade Mecum* de Comunicação Social e Cerimonial da Polícia Militar do Paraná e da doutrina aplicada pela PMPR nos casos de gerenciamento de crise.

O trabalho procurou analisar, discutir e apontar o papel da imprensa na cobertura jornalística durante a rebelião ocorrida na Penitenciária Central do Estado (PCE) em janeiro de 2010, a construção da opinião pública, consequência desta cobertura jornalística e os resultados para a Polícia Militar.

No decorrer do trabalho, observou-se que os entrevistados foram unânimes em apontar que a cobertura jornalística não interferiu nas ações da Polícia Militar, bem como que a presença da imprensa no local facilitou e motivou os policiais militares que participaram no controle da rebelião.

O fenômeno da violência acabou adquirindo características epidêmicas e coincide com o crescente impacto que a imprensa, principalmente os telejornais, exercem sobre a população. Tudo isso é relevante, porém é imprudente a afirmação de que a mídia, no caso da rebelião na PCE em janeiro de 2010 tenha influenciado a opinião pública de maneira negativa, com conotações políticas ou até mesmo pelas ações da Polícia Militar naquele evento.

Sabe-se que tanto a imprensa, quanto a instituição policial e outras instituições sociais são produtos do meio em que operam. Portanto são passíveis de culpa ou erro, no cumprimento de suas atividades.

Isso leva inevitavelmente a indicar a necessidade de outras pesquisas no sentido de aprofundar a compreensão desta relação complexa. Tal aprofundamento passa obrigatoriamente por um processo dialógico e recursivo, mensurando melhor as relações de causa e efeito da liberdade de imprensa e o quanto esta liberdade ajuda a sociedade na solução de seus problemas, por meio do jornalismo investigativo e das campanhas de esclarecimento. Por outro lado, essa liberdade pode projetar mais problemas nessa mesma sociedade, divulgando o mal e, incentivando e colocando ao alcance de todos, os métodos da criminalidade. Portanto, torna-se importante pesquisar o tratamento dado à notícia, que mantém em muitos casos mitos e estereótipos, ou porque vende mais, ou porque há interesse em perpetuá-los.

Sugere-se também um aprofundamento da doutrina de gerenciamento de crise em toda a Corporação, principalmente no que tange ao tratamento a ser dado aos órgãos de imprensa, de maneira que não venham a comprometer os trabalhos da Polícia Militar, ao mesmo tempo que estes veículos de comunicação atinjam seus objetivos com a cobertura jornalística almejada. Neste sentido, torna-se importante ressaltar que o caso estudado (Rebelião na PCE em janeiro de 2010) contou com o preparo e conhecimento dos oficiais e praças da então Companhia de Polícia de Choque (CiaPChoque) na aplicação da doutrina vigente. Ao contrário, caso semelhante poderia comprometer toda a imagem da Corporação, se o tratamento adequado não fosse dispensado à imprensa.

REFERÊNCIAS

ANGRIMANI, Danilo. **Espreme que sai sangue**. – Um estudo do sensacionalismo na imprensa. São Paulo: Summus, 1995.

BARTHES, Roland. **Mitologias**. Porto: Edições 70, 1957.

COELHO, Edmundo Campos. **A Oficina do Diabo**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

CONTRERA, Malena Segura. **O Mito na Mídia** – A presença de conteúdos arcaicos nos meios de comunicação. 2 ed. São Paulo: Anablume, 2000.

DIAS, Ana Rosa Ferreira. **O Discurso da Violência**: as marcas da oralidade no jornalismo popular. São Paulo: Cortez/Educ, 1996.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do Acontecimento**. Campinas-SP: Pontes, 2002.

GREGOLIN, Maria do Rosário (Org). **Discurso e Mídia**: a cultura do espetáculo. São Paulo: J. Bushatsky, 1983.

A LIBERDADE de imprensa e o direito à imagem. Disponível em: <[HTTP: // WWW.editoras.com/renovar](http://WWW.editoras.com/renovar)> Acesso em: 23/04/2011.

LIMA, João Milanez da Cunha. **Polícia e criminologia**. São Paulo: Ibrasa, 1974.

LIMA, Renato Sérgio et al. **Segurança Pública e Violência**. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Negociação em crises**: a busca da solução para os eventos críticos. Brasília, 2006.

OLIVEIRA, Nilson Vieira. **Insegurança Pública**: Reflexões sobre a criminalidade e violência urbana. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

PEDROSO, Rosa Nívea. **A construção do discurso de sedução em um jornal sensacionalista**. São Paulo: Annablume, 2001.

_____. Polícia Militar. **Portaria nº 447, de 07 de Junho de 2011**. 5ª Seção/EM. Curitiba, 2011.

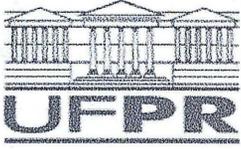
PONTES, Valter Wiltemburg. **Gerenciamento de crises com reféns e processo decisório**. Curitiba, 2009.

PRICE, V. Opinion Publica? **La opinion publica**. Esfera publica y comunicaci3n. Barcelona: Paid3s, 1994.

SENDEREY, Israel Drapkin. **Imprensa e Criminalidade**. São Paulo: José Bushatsky, 1983.

THOMÉ, R. L. **O Gerenciamento das situações policiais críticas**. Curitiba: Genesis, 2001.

APÊNDICE 1 – Modelo de Questionário



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PLANEJAMENTO
EM SEGURANÇA PÚBLICA**



**COBERTURA JORNALÍSTICA EM OCORRÊNCIAS POLICIAIS MILITARES
ENVOLVENDO SITUAÇÕES DE CRISE:
REBELIÃO NA PENITENCIÁRIA CENTRAL DO ESTADO DO PARANÁ, 2010**

Oficial Aluno: Carlos Henrique Cardozo ,Cap. QOPM PMPR

Orientador de Conteúdo: Mirian Biancolini Nóbrega, Cel. QOPM PMPR

Orientador Metodológico: Professora Sônia Maria Breda, UFPR

Este estudo faz parte da Monografia a ser apresentada à Universidade Federal do Paraná, como requisito para obtenção do Título de Especialista em Planejamento em Segurança Pública.

A imprensa, como todos sabemos e esperamos tem a nobre e irrenunciável missão de noticiar o real ao cidadão. Fato que comporta dialeticamente e recursivamente o direito e o dever de bem informar. Essa missão coaduna com a própria publicidade, princípio basilar da democracia que busca o desenvolvimento e a estabilidade social.

Contudo, passa a ser importante analisar o modo como são noticiados os acontecimentos do dia a dia, principalmente quando divulgados no momento de crise, podendo em certo momento, interferir no grau de (in) segurança da população.

Neste sentido, esta pesquisa tem por objetivo avaliar se a cobertura jornalística influenciou a opinião pública no que diz respeito à atuação da Polícia Militar durante a rebelião ocorrida na Penitenciária Central do Estado do Paraná (PCE) em janeiro de 2010.

Com base no enunciado, responda as questões conforme o grau de seu entendimento. Antecipadamente este oficial aluno agradece sua contribuição.....

1. Quanto tempo tem de serviço na PMPR?

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Menos de 10 anos; | <input type="checkbox"/> Entre 21 e 25 anos; |
| <input type="checkbox"/> Entre 10 e 15 anos; | <input type="checkbox"/> Entre 26 e 30 anos; |
| <input type="checkbox"/> Entre 16 e 20 anos; | <input type="checkbox"/> Mais de 30 anos. |

2. Na escala hierárquica, qual graduação que ocupa?

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Subtenente; | <input type="checkbox"/> Terceiro Sargento; |
| <input type="checkbox"/> Primeiro Sargento; | <input type="checkbox"/> Cabo; |
| <input type="checkbox"/> Segundo Sargento; | <input type="checkbox"/> Soldado. |

3. Qual sua opinião a respeito das matérias divulgadas pelos órgãos de imprensa sobre as ações da Polícia Militar?

- Excelente
- Ótima
- Boa
- Ruim
- Não possui opinião a respeito

4. Qual o seu conhecimento sobre a matéria Gerenciamento de Crise?

- É monitor da matéria;
- Possui curso de especialização sobre o assunto;
- Teve instrução sobre o tema;
- Conhece alguns aspectos doutrinários;
- Não dispõe de conhecimento sobre o assunto.

5. Qual sua opinião a respeito da cobertura jornalística em ocorrências policiais militares que envolvam situações de crise?

Positiva

Negativa

6. Na sua Unidade existe normatização, procedimentos que orientem a atuação da imprensa em ocorrências policiais militares que envolvam situações de crise?

Sim

Não

7. No seu entender, a cobertura jornalística de ocorrências policiais militares envolvendo situações de crise, podem comprometer a imagem da Corporação?

Sim

Não

8. Na sua opinião a presença da imprensa dificultou ou facilitou as ações da Polícia Militar durante a rebelião ocorrida na PCE em Janeiro de 2010 ?

Dificultou

Facilitou

9. Na sua opinião, quais as dificuldades encontradas com relação ao tema?

Literatura indisponível na Unidade Operacional de Área (UOpA);

Ausência de doutrina;

Falta de instrução a respeito;

Inexistência de Curso na PMPR sobre o tema;

Todos os anteriores.

10. No que diz respeito a rebelião ocorrida na PCE em 2010, na sua opinião a cobertura jornalística influenciou a opinião pública?

Sim

Não

11. Se na questão anterior sua resposta foi “sim”, tal influencia foi positiva ou negativa para a Corporação?

Positiva

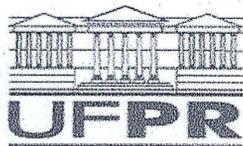
Negativa

12. A cobertura jornalística em tais eventos motiva ou desmotiva o policial militar?

Motiva

Desmotiva

APÊNDICE 2 – Modelo de Entrevista



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PLANEJAMENTO
EM SEGURANÇA PÚBLICA



COBERTURA JORNALÍSTICA EM OCORRÊNCIAS POLICIAIS MILITARES
ENVOLVENDO SITUAÇÕES DE CRISE:
REBELIÃO NA PENITENCIÁRIA CENTRAL DO ESTADO DO PARANÁ, 2010

Pergunta 1 – Uma crise poderá ser causada para comprometer a imagem ou estabilidade de um governo. Neste sentido o (a) Senhor (a) entende que a rebelião ocorrida na Penitenciária Central do Estado em 2010 teve conotação política direcionada pela cobertura jornalística?

Pergunta 2 - Nesta oportunidade a participação dos órgãos de imprensa na cobertura jornalística em sua opinião influenciou as tomadas de decisões por parte do gerente da crise?

Pergunta 3 - A cobertura jornalística durante a rebelião na PCE em 2010 interferiu na opinião publica? De que maneira?

Pergunta 4 - Segundo a doutrina de gerenciamento de crises com reféns e processo decisório em prática na Policia Militar do Paraná a Polícia tem que garantir à imprensa total liberdade de cobertura até o ponto que não comprometa os aspectos táticos e de segurança. Neste sentido tal aspecto foi colocado em prática durante a rebelião?

Pergunta 5 - Profissionais de imprensa devem avaliar com responsabilidade o que é conveniente informar sem comprometer o andamento das operações e sem perder espaço para os concorrentes. Infelizmente, o normal é que a busca de “furos jornalísticos” se sobreponha a todos os demais interesses. Com base nesta afirmativa o trabalho dos diversos veículos de comunicação durante a cobertura jornalística na rebelião da PCE em 2010 interferiu nas ações da Polícia Militar?